

035ª SESSÃO ORDINÁRIA 29ABR2015

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, subo a esta tribuna como dirigente e Líder da Bancada do Partido Comunista do Brasil na Câmara Municipal. É um Partido de 93 anos com uma trajetória em defesa da classe operária, dos trabalhadores, dos servidores públicos e do povo brasileiro, por direitos, por emancipação política, por justiça social. Nesta condição, espero contar com a atenção desta Câmara Municipal, uma câmara que tem uma história democrática, com amplitude política que hoje está representada nesta Casa por vários partidos, representando bem o espectro da sociedade brasileira. Vou ler aqui desta tribuna, frente aos meus Pares, um documento do Comitê Municipal do Partido Comunista do Brasil de Porto Alegre, que diz o necessário para este momento, bem como o motivo da minha presença, sob a óptica da concepção política ideológica, com aquele comportamento que nos caracteriza em efetivar unidades, amplitudes e respeito pessoal a todos. Portanto, subo a esta tribuna como sempre fiz na política e não em disputas ou relações que não se coadunem pelo respeito. Nota do Partido Comunista do Brasil - Comitê Municipal: (Lê.): “O Comitê Municipal do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) se solidariza com a luta dos servidores(as) públicos municipais de Porto Alegre, que sofreram uma derrota com o ataque à isonomia e à unidade dos trabalhadores(as), com a aprovação do PLCE nº 10/2014 pela Câmara Municipal. Tal fato se soma aos severos ataques que os trabalhadores vêm sofrendo contra seus direitos historicamente conquistados, a exemplo do PL nº 4330, conhecido como ‘PL das Terceirizações’, que viola a CLT. A luta pela valorização do trabalho e dos direitos trabalhistas ganha importância central para a esquerda, para os movimentos sociais e para a ampliação e consolidação da democracia em nosso País. O Governo Municipal apresentou [como é de conhecimento de toda a sociedade de Porto Alegre] o PLCE nº 010/14 sem diálogo com os servidores municipais, representados pelo SIMPA, numa clara sinalização de que a gestão de Porto Alegre não

valoriza o papel dos servidores públicos enquanto agentes do desenvolvimento da Cidade. Mais uma vez o Governo não cumpre com sua palavra e age de forma arbitrária. [Eu lamento, inclusive, tanta conversa no plenário, porque vir a esta tribuna, neste momento, para ler uma nota do Partido Comunista do Brasil, eu consideraria com muito respeito, assim como quando eu ouço os meus colegas que trazem suas posições partidárias.] A Bancada do PCdoB na Câmara de Porto Alegre, liderada pela Ver.^a Jussara Cony, que também preside a Frente Parlamentar em Defesa dos Municipários(as) e do Serviço Público de Qualidade, tem se destacado no combate às medidas que desestruturam as lutas históricas dos trabalhadores(as) e também acabam por fragilizar o serviço público de qualidade do qual depende toda a população da Cidade. Diante disso [a nota do Partido Comunista do Brasil, do Município de Porto Alegre, diz claramente], a postura do vereador Rodrigo Maroni, que votou em conjunto com o Governo, ajudando assim a derrotar os trabalhadores(as), merece a nossa manifestação de repúdio, pois não condiz com a opinião que o PCdoB tem manifestado na defesa do serviço público e dos servidores municipais. Nós não nos somamos àqueles que querem o retrocesso dos avanços sociais e políticos conquistados até agora. O PCdoB reafirma a defesa que faz aos direitos dos trabalhadores(as) [sejam municipais, sejam outros] e a luta por nenhum direito a menos! Porto Alegre, 28 de abril de 2015. Comitê Municipal do PCdoB de Porto Alegre”.

Eu quero agradecer aos colegas de todos os partidos e dizer que, como Líder do PCdoB, como Vereadora desta Casa, essa é a atitude que o nosso partido sempre busca ter, ainda mais em momentos em que a democracia está abalada. Agradeço a atenção daqueles que aqui a deram durante este período de Comunicação de Líder do PCdoB.

(Não revisado pela oradora.)

O Sr. João Bosco Vaz (Requerimento): Sr. Presidente, o Ver. Tarciso Flecha Negra e eu solicitamos um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Valmir Louruz, ex-jogador do Internacional e de outros times, foi campeão da Copa do Brasil como treinador do Juventude, e trabalhava no projeto social da Secretaria Municipal de Esportes.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Também peço um minuto de silêncio pelo falecimento da mãe do Deputado Adão Villaverde, no dia de ontem.

O Sr. Engº Comassetto: Faço minhas as suas palavras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Vereadores e todos que nos assistem. É um dia de tristeza, porque é uma pessoa com quem convivi, e contra quem joguei várias vezes: o grande Valmir Louruz. Externamos os nossos pêsames à sua família, com quem convivi muito.

O Valmir veio do Internacional, contra quem joguei vários Gre-Nais. E eu gostaria de falar em Gre-Nal. Nós temos um Gre-Nal domingo, com torcida mista. Temos a grande chance de ter um jogo sem violência, como foram os dois últimos. Eu acho que é o que resta a nós, torcedores, jogadores, todos que são amantes deste esporte, que é o futebol. Está aí a chance de nós podermos fazer só o futebol e não usar o futebol como violência, Ver. Janta.

Eu estive no Gre-Nal de domingo passado e me senti muito orgulhoso e muito contente pelo que vi, indo para a Arena do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense: muitos gremistas e colorados caminhando juntos para a Arena. Que maravilha! Que maravilha vai ser quando a polícia não precisar escoltar ninguém, quando possamos ir e vir sem essa escolta policial, porque ninguém está indo para a guerra, ninguém está indo para uma luta; estamos indo para assistir ao futebol e para torcer por aquele clube que a gente ama.

Eu venho aqui fazer um pedido, pedido muito humilde. É claro que, dentro do campo, a nossa adrenalina sobe, nós queremos ganhar, isso faz parte do jogo - aquele jogador que não tem isso no coração, não pode entrar em campo -, mas ganhar, ganhar dentro das regras do futebol. Então, eu vim aqui pedir aos jogadores que comecem lá no gramado, lá embaixo no gramado, quando há aquela a disputa pela bola, dentro da regra do futebol, que seja sem violência, porque nada disto que a imprensa e o torcedor estão fazendo,

nada disso vai surtir efeito, porque, além de inflamar dentro do campo, inflama os torcedores na arquibancada. Então, a gente vem dizer aqui para o Rio Grande do Sul, principalmente para Porto Alegre, onde há um dos maiores clássicos do Brasil, o Gre-Nal, Ver. Villela, nós temos uma grande chance de dar um exemplo não só para o Brasil, mas para o mundo, de que o futebol se faz torcendo e com alegria. Obrigado, Sr. Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; boa tarde caros colegas; normalmente eu subo aqui para tratar – e prefiro tratar – de temas mais da Cidade, de temas que tenho vivido e, de certo modo, sentido da Cidade. Dos temas que eu tenho priorizado até hoje, de certa forma, me embargo para falar pela primeira vez desta tribuna.

Falo isso, Pujol, porque me cria uma ansiedade em falar quando se toca em temas delicados. E era um tema que, até então, eu não havia trazido para cá por uma questão de respeito e de preservar as relações internas. Como hoje o meu partido traz uma nota, um comunicado que foi lido pela nossa Líder, me senti obrigado a vir falar sobre isso, Sofia, tu que és uma figura historicamente ideológica e partidária. Quero dizer que tenho admiração mais do que partidária, uma admiração ideológica pela Líder Jussara Cony, não só pelo que ela representa na política como no que ela representa como figura humana. Politicamente não teria exemplo melhor para citar como figura tão partidária e tão comunista do Brasil quanto a Jussara Cony. Sei que ela também é uma amiga que me tem um respeito e uma admiração muito especial, humana. A gente criou laço aqui dentro que eu não tinha, antes disso, com ela. Entendo a postura e quero dizer que admiro a sua postura, Jussara, em vir aqui ler a nota do partido por saber que tu representas ideologicamente o Partido Comunista do Brasil, o qual tem legitimidade e tem uma organização para responder como tu respondeste à política. E, de fato, eu, politicamente, não correspondo, na última votação, ao que o PCdoB tinha. No Brasil, hoje, existem muitos partidos, e eu sou um grande defensor da autonomia dos Parlamentares, apesar de terem vínculos partidários. O PT, por exemplo, na Bancada nacional, vota direto de

forma diferente. No próprio PCdoB, - com Alice Portugal, Jandira Feghali – houve inúmeras votações nacionais, nas quais o PCdoB não centralizou a Bancada na sua totalidade, mesmo sendo um partido que tem isso.

E eu falo isso para a minha amiga, dizendo que eu entendo a tua nota, e tenho, há tempos, tentado comunicar o partido de que temos tido diferenças. E a Presidente estadual do partido, Deputada Manuela, lamentavelmente, não tem querido me receber, Ver. Pujol. Convido, inclusive, os representantes do PCdoB a marcar uma agenda para mim com a Presidente. Tenho tentado falar das minhas opiniões, e ela, desde que iniciou o meu mandato, não me recebe como Parlamentar.

A Vice-Presidente do partido publicou uma nota, no Facebook, da qual tenho uma cópia – estamos entrando na vara cível –, dizendo que eu era racista e intolerante. Disse isso de forma deliberada. Eu recebi um WhatsApp da assessora da Bancada aqui – também está impresso – do PCdoB, dizendo que eu tinha que procurar uma psicóloga, porque não tinha votado conforme orientação do partido, e que tinha que fazer meditação. E outras notas de assessorias, como tenho aqui impresso. E acho que se constrói uma relação lamentável de várias pessoas.

Não dá para se exigir, Pujol, uma lealdade que não se dá. Se tu não és fiel à tua esposa, a tua esposa será infiel a ti. Estou mentindo ou falando a real?

Então, hoje, há uma situação de desconforto estabelecida, que é pública, e que tem que ser dita. E digo isso com a admiração e respeito que tenho ao PCdoB. Não há nenhum problema em o PCdoB ter a política que tem, que defenda a política que tem. Só que o que eu estou colocando aqui são coisas registradas, e que já estão estabelecidas. E não quero me colocar na posição de vítima, mas apenas no direito de ter a diferença de quem quer comunicar a diferença e não consegue.

Ontem, tinha reunião com o Presidente do partido, que foi, também, desmarcada em cima da hora... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Eu espero, Pujol, que esse desmarque de reunião do Presidente não tenha sido algo orientado, que tenha sido algo, de fato, necessário. Hoje, eu tenho uma reunião onde a gente vai oficializar, então, essa discussão, e não na posição qualquer de crítica, ou de contundência, ou de truculência contra o Partido Comunista do Brasil, o qual eu respeito como um partido ideológico, um

partido de pessoas respeitadas. Mas um partido que tem que aceitar a condição que se estabeleceu a partir do partido, e tudo isso que eu tenho comentado aqui está registrado. Eu tenho tentado tratar algum tempo internamente, não tive espaço para isso. Então, estou tentando reivindicar, mais uma vez, aqui, da tribuna, que é um espaço político, que esse espaço seja aberto para a discussão para que se estabeleça, da melhor forma, essa relação que está colocada.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. JUSSARA CONY: Meu querido ex-Presidente, sempre colega de lutas históricas, Garcia, eu falo em tempo de oposição. Eu sou uma oposição, nesta Casa, consciente, responsável, e, por isso, tenho a confiança ali, dos meus colegas – agradeço a Ver.^a Sofia Cavedon e ao Ver. Prof. Alex Fraga por terem me cedido este tempo de oposição –, exatamente, por ser esse tipo de oposição que trabalha com unidade, com amplitude. Afinal de contas, nós precisamos resolver os problemas de Porto Alegre, contribuir e garantir que o povo de Porto Alegre tenha uma vida, cada vez mais, com qualidade e com mais direitos. Então, agradeço esse tempo de oposição cedido pelos colegas.

Venho novamente nesta tribuna para dizer que o Partido Comunista do Brasil é um partido que se posiciona concretamente, tem rumo, sempre com uma política ideológica em defesa dos trabalhadores, em defesa da classe operária, e para a construção de uma nova sociedade. Eu acho que nós vivemos uma etapa importante. Quanto mais nós pudermos avançar, liderados pela Presidenta Dilma, no sentido de garantir mais direitos pelos trabalhadores, que não haja recuos, que não haja retrocesso, nós nos aproximamos no novo tipo de sociedade. Mas esse novo tipo de sociedade vem sendo construído cotidianamente. Quanto às nossas relações políticas, aos nossos comportamentos, o meu colega Ver. Maroni sobe a esta tribuna e traz algumas questões, às quais eu já vou, neste momento, responder. O Vereador sabe que, em primeiro lugar, quem dirige os mandatos parlamentares e as lutas na cidade de Porto Alegre é a direção municipal. O próprio Ver. Maroni disse que, ontem, tinha uma reunião marcada com o Adalberto Frasson, que é o nosso Presidente. É com o Município que nós dialogamos, e eu acho que isso ocorre com

todos os partidos, porque nos dirigem, aqui, os Municípios. A reunião de ontem, com o Adalberto Frasson, foi transferida para hoje; e, a meu ver, é muito importante que haja essa reunião, porque temos que zelar pelo partido, pelos mandatos, pelas nossas votações. Quero deixar bem claro que há uma reunião, hoje, com o Ver. Maroni, eleito pelo PCdoB, com o programa do PCdoB, porque nós não nos elegemos por nós mesmos; nós temos trajetórias políticas, mas nos elegemos em torno de programas, de projetos, e o projeto do PCdoB é muito claro.

Quero lhe agradecer, inclusive, Ver. Maroni, pelas referências que V. Exa. faz a mim. Amizades são coisas que devemos conservar. Eu prezo muito as amizades, e é esse o meu comportamento; agora, nós temos postura político-ideológica. A amizade não supera isso; mas se mantém, inclusive, mais pelo respeito às posturas político-ideológicas do partido através do qual nos elegemos.

Falou-se a respeito das questões mais internas do partido, e acho que já resolvi isso aqui. Há uma reunião, hoje à tarde, a qual eu saúdo, com o Presidente Municipal do partido. Quem dirige o nosso mandato, aqui, é o municipal, e eu tenho vários companheiros do municipal acompanhando este momento. Mas o Ver. Maroni não falou do motivo do seu voto, que é exatamente o motivo de um voto, e por isso a moção do partido, a atitude correta do partido. O motivo é V. Exa. ter votado contra a luta dos municipais e a perda de direito dos municipais, porque esse é um partido da classe operária, é um partido da luta, é um partido que tem procurado, nesses 93 anos, se direcionar, fazer relações amplas, políticas, para cada momento histórico, e é assim que a gente adquire o respeito. E o respeito que, mais do que nunca, precisamos, neste momento, é daqueles que são os verdadeiros construtores da Nação brasileira que são os seus trabalhadores. Então, Ver. Maroni, são duas coisas diferentes: uma, a ser resolvida, conversada, trabalhada hoje com o Presidente Municipal do Partido; outra, é votar contra os trabalhadores... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Essas são as questões que têm que ficar claras, com todo o meu respeito ao Ver. Maroni, porque é assim que o Partido Comunista do Brasil age, ninguém vai ter atitudes diferenciadas dentro do nosso Partido. As atitudes passam por diálogos, mas também passam por respeito às decisões partidárias.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, em nome do Partido dos Trabalhadores, nossa total e absoluta solidariedade com a Ver.^a Jussara Cony, com as posições firmes do seu partido que entendemos que foram justas e alinhadas com os interesses do conjunto dos trabalhadores da Prefeitura de Porto Alegre e com os interesses da nossa Cidade.

Nesse sentido, eu gostaria de apresentar aos Srs. Vereadores e às Sras. Vereadoras, ao público que nos acompanha pela televisão e presencialmente, os itens que, depois de três anos de tramitação, há uma representação no Ministério Público e no Tribunal de Contas sobre a Companhia Carris, de iniciativa desta Vereadora, depois alimentada por integrantes do Sindicato e pelos funcionários da Carris, o que resultou em uma inspeção especial dos exercícios de 2011 a 2013 e em um relatório e votação do Pleno do Tribunal de Contas. Nesses cinco minutos, não daria para abrir cada ponto, mas gostaria de socializar quão grave são as distorções e os problemas de gestão da nossa Carris, nossa companhia de transporte porto-alegrense.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Foi identificado e demonstrado nessa auditoria – em duas auditorias –, e a Prefeitura tendo respondido os pontos, tem tido tempo para responder. Foram três anos de processo. Ponto número um: gestão financeira deficiente, com prejuízos decorrentes da elevação dos custos de serviço. Ponto número dois: conclusão do Pleno Tribunal de Contas; controle patrimonial deficiente. Ponto número três: planilha contendo custos incompatíveis com a receita tributária. Ponto número quatro: gastos efetivos com pessoal excedem em muito a remuneração fixada na planilha tarifária. Ponto número cinco: gestão ineficiente dos recursos financeiros. Olha a gravidade do que foi identificado nas gestões Carris de 2011 a 2013. Ponto número seis: irregularidades no planejamento e execução das obras. Ponto número sete: resultados contábeis e financeiros negativos – vejam senhores – decorrentes de endividamento e da inobservância dos parâmetros da planilha tarifária referentes aos gastos com pessoal.

Ponto número oito: não observação da legislação trabalhista referente ao repouso semanal, remunerado. Então, além de tudo, os trabalhadores explorados. E, depois, segue em pontos relativos ao pagamento de horas extras, sem a devida autorização e sem o efetivo controle da realização destas horas extras. Cada um desses pontos têm muitos elementos que fizeram com que o Pleno Tribunal de Contas chegasse à conclusão – que nós sintetizamos – que a gestão da Carris é temerária. E cada um desses pontos deve merecer desta Casa, dos Vereadores e das Vereadoras, uma análise, porque o Tribunal de Contas, por ora, se deteve apenas em multar os dois ex-Presidentes – multas baixas na minha avaliação – pelas obras inacabadas, pela inépcia de gestão, por materiais comprados para a creche dos funcionários da Carris, que está lá em pedaços de obras inacabadas e materiais que nunca apareceram. E diz o Pleno do Tribunal que todos os outros itens serão analisados na avaliação das contas da Carris. Então, é muito sério, muito grave, não só o conjunto dos recursos públicos estarem dando suporte à Carris, mas as razões do descontrole da Carris ainda não terem sido superadas e estarem identificadas dessa maneira clara e explícita pelo Tribunal de Contas.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. NEREU D'AVILA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, dentro de poucos minutos, nós vamos votar matéria referente à possibilidade – se esta Câmara assim o entender – de mais um plebiscito na cidade de Porto Alegre. Já tivemos os plebiscitos do desarmamento, em nível nacional; e do Pontal do Estaleiro, em nível local, referente a construções na orla do Guaíba. Enfim, é um processo democrático que foi, ao longo dos anos, sendo aperfeiçoado. E, finalmente, em 2012, através uma Resolução Federal, o Tribunal Superior Eleitoral designou os Tribunais Regionais Eleitorais para os procedimentos a respeito desses plebiscitos.

Mas o que eu queria deixar nos Anais, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, repito, se a Câmara assim o desejar, que seja aprovado o nosso projeto para a existência de um plebiscito – e a matéria é bem polêmica em todos os setores da Capital, na mídia, com pessoas se posicionando contrariamente ou favoravelmente ao cercamento –, é que hoje

não se votará se haverá ou não cercamento, vamos deixar muito claro; o projeto é para conceder ou não à população a possibilidade de, através de um plebiscito, ela, a população, se manifestar. E, pela Resolução Federal, possivelmente, no dia das eleições do ano que vem. A Resolução Federal refere que, 90 dias antes das eleições do primeiro turno, poder-se-á fazer a consulta, junto com a votação, nas eleições de 2016. Mas isto é algo que fica para a decisão, daqui a pouquinho, aqui na Câmara.

O que eu queria deixar nos Anais é uma pesquisa, então, dentro do assunto, aí sim, cercamento ou não, feita pelo Instituto de Pesquisa Index, que eu tenho aqui na mão. No fim de semana, foram consultados 600 usuários do Parque da Redenção, inclusive com perguntas sobre renda, sexo, idade, motivo da ida ao parque. Motivo da ida ao parque: andar de bicicleta, 31%; tomar chimarrão, 18%; correr, caminhar, 26%; praticar esportes, 17%. Uso do parque: diariamente, 42,3%; de segunda a sexta, 30%; finais de semana, 27%. Outras perguntas: gorjeta a flanelinha, onde deixou o carro, período de visita, tempo de permanência, se se sente seguro. Nem seguro nem inseguro, 39%; seguro, 15%; totalmente seguro, 8%; inseguro, 28%. Por que não vem à noite? Medo ou insegurança: 71,7%. Finalmente a pergunta fundamental sobre o cercamento do parque: 56,3% favoráveis; 43% contrários; 0,7% não sabem; 0% sem resposta. Das pessoas que usam o parque, 600 usuários foram consultados no fim de semana. Então, das 600, 56,3%, que foram favoráveis ao cercamento do parque, representam 338 pessoas; 43% representam 258 pessoas. Ou seja, temos 80 pessoas a mais pelo cercamento. Esse é um dado que eu quero deixar registrado neste momento.

E quero saudar a posição do historiador Sérgio da Costa Franco, que, no Jornal Zero Hora de domingo, 26 de abril de 2015, em entrevista – está aqui a manchete e a fotografia do Dr. Sérgio da Costa Franco (Mostra fotografia.), ilustre historiador desta Cidade e deste Estado, disse: “Do jeito que está, só cercando”. Mas não é opinião apenas do Dr. Sérgio, aqui diz o seguinte (Lê.): “Historiador especialmente dedicado ao passado da Cidade, Sérgio da Costa Franco, autor do Guia Histórico de Porto Alegre, sempre foi contra o cercamento. Hoje, afirma ter mudado de ideia devido aos recorrentes vandalismos sofridos não apenas pela Redenção, mas por outras praças e parques da cidade”. Eu saúdo o Dr. Sérgio pela mudança de posição. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, uso o tempo de Comunicação de Líder do meu Partido, primeiro, para comunicar à população de Porto Alegre que ontem foi um dia importante para o nosso Partido. O nosso Presidente nacional, assim como eu, no ano passado, foi pego de surpresa com o desarquivamento de um processo, julgado ontem pelo Supremo Tribunal Federal, rapidamente, pelo qual ele perderia seu mandato e seus direitos políticos por oito anos. Ele foi julgado e ganhou por quatro votos a zero, mostrando que, mesmo com todas as manobras políticas que são tentadas, quando a gente faz as coisas certas, quando a gente está do lado certo, a Justiça tarda mas não falha. Eu passei por esse problema aqui em Porto Alegre: tardou mas não falhou.

Também venho comunicar que pela primeira vez nos últimos quinze anos, pode-se dizer, os trabalhadores brasileiros não terão, no dia 1º de maio, o pronunciamento presidencial. A Presidente Dilma Rousseff já informou a todos os meios de comunicação que não vai usar as redes de rádio e televisão para se comunicar com os trabalhadores no 1º de maio. Primeiro, na nossa avaliação, não teriam o que comunicar, não teriam o que falar para os trabalhadores, em função do momento de crise que existe. O impostômetro, até a data de ontem - usei esses números em Passo Fundo, onde estive ontem à noite -, registrou a arrecadação de 622,5 bilhões e continua subindo, hoje deve ter chegado aos 623, 624, 625 bilhões em impostos. No ano passado, os trabalhadores trabalharam até o dia 10 de junho para pagar impostos. Tudo o que se produziu de 1º de janeiro a 10 de junho foi para pagar impostos. Então, não tem que se comemorar, não tem o que se falar além do número de acidentes de trabalho que causam sete mortes por dia no Brasil. E o Ministério do Trabalho não faz concurso público para auditores fiscais há mais de duas décadas e continua não fazendo. Seus auditores continuam se aposentando. Além disso, duas Medidas Provisórias serão votadas na semana que vem, tirando direitos dos trabalhadores na questão do seguro desemprego, do PIS, do COFINS, tirando direitos dos aposentados, dos pensionistas, e não temos uma política de salário mínimo definida para os aposentados, além de não ter acabado com o fim do Fator Previdenciário. Realmente não temos o que comemorar. E a questão da terceirização? A Presidente

voltou atrás e deu uma entrevista no “Valor Econômico”, pedindo que o Senado inclua o setor público na terceirização.

(Aparte antirregimental.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sim, senhora! Não é invenção minha, não! É uma declaração da própria Presidente da República (Lê.): “A Presidente Dilma Rousseff deve mobilizar sua base aliada no Senado para reincluir as estatais”. Existe uma súmula vinculante no Tribunal Superior do Trabalho que está sendo contestada, e, se essa súmula cair, os trabalhadores terceirizados estarão completamente desprotegidos. Hoje, Ver. Prof. Alex, somente na Petrobras, dos seus 446 mil funcionários... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...360 mil são trabalhadores terceirizados. Então, quando falávamos que estávamos incluindo emendas, era para proteger os trabalhadores. Nós continuamos firmes e ferrenhos contra a escravidão dos trabalhadores, contra a exploração dos trabalhadores. Agora, a Presidente declarou no “Valor Econômico” que vai incluir as estatais, pois existe essa súmula, que pode ser derrubada a qualquer momento no Tribunal Superior do Trabalho – ela pode ser derrubada a qualquer momento. Então, é triste ver essa notícia. E o Partido dos Trabalhadores, que tanto fala na terceirização, botou no seu *site* que está contratando, através da agência Pepper, jornalistas terceirizados. Então, casa de ferreiro, espeto de pau! Os jornalistas que quiserem emprego... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e todas. Presidente Mauro Pinheiro, eu gostaria de trazer um tema que tem nos preocupado muito, Ver. Alex Fraga, colega de Bancada: a verdadeira crise na segurança pública pela qual o Estado do Rio Grande do Sul está passando. Eu tenho acompanhado, desde o início do ano, o desmonte de alguns serviços em relação à questão das mulheres, da rede de proteção às

mulheres, por conta de uma atuação específica da comissão contra o desmonte dos equipamentos de segurança e de proteção à vida das mulheres. O Centro de Referência da Mulher Vânia Araújo Machado, que tivemos a oportunidade de visitar, tem uma excelente estrutura física que está sendo desmantelada porque não garantiram profissionais para atender às mulheres vítimas da violência, justamente quando mais mulheres estão sendo vítimas da violência doméstica.

A situação chegou numa gravidade tal de o Governo cancelar, inclusive, a gasolina para as viaturas da Brigada Militar; de o Governo cancelar as horas extras que garantiam alguns serviços. E eu vou dar o exemplo, Ver. Alex, da Delegacia de Homicídios. A Delegacia de Homicídios foi uma inovação importante, fruto do trabalho dos próprios policiais civis, criada para ser especializada em casos de homicídio. O que acontecia? Olha, eu tenho contato a partir da luta dos trabalhadores, que garantiu uma série de conquistas, e, inclusive, no Governo passado muitos dos problemas seguiram. E nenhuma nova delegacia da mulher foi criada em Porto Alegre, como era a reivindicação do movimento. E tampouco se espalhou pelo Interior, que tem menos de 20, são 18 delegacias. Se quiserem, se inscrevam para falar, porque eu tenho a capacidade de ouvir um monte de coisas das quais eu discordo e, agora, estou fazendo o pronunciamento do PSOL, que é coerente, fez oposição ao Tarso e mantém oposição ao Sartori.

A Delegacia de Homicídios funciona assim: policiais volantes, quando infelizmente acontece algum crime de homicídio, são convocados e vão *in loco*, Presidente Mauro Pinheiro, para garantir que as provas sejam coletadas. Chegou a 70% a taxa de investigação de homicídios no Rio Grande do Sul, quando a média do Brasil é menos de 30%. Olha o avanço do serviço e da política pública. Agora não funciona, porque o Governador acabou com a hora extra. Então, não pode mais haver homicídios porque não tem uma estrutura para investigar homicídios. É um absurdo! E por isso aumenta a sensação de insegurança da população! É óbvio, é um desmonte, é a falta de profissionais, e não foram chamados os concursados da Polícia Civil, da Brigada Militar, bombeiros, Susepe – lembra-me o Ver. Alex. Há corte de gasolina até para a viatura rodar para fazer o policiamento, desmonte do caráter investigativo. E mais, a Polícia, frente ao terrorismo... Ao mesmo tempo, o Sartori atrasou um dia o pagamento da dívida com a União, foi quase pedindo desculpas por atrasar o pagamento de uma dívida absurda com a União. Dívida que nunca foi auditada, e o PT, quando era oposição na Assembleia,

votou contra, e quando virou Governo não auditou e não negociou a dívida com a União. Um dia ele vai “no pianinho”, mas no outro dia ele é muito firme para fazer terrorismo. Faz terrorismo de que vai aumentar ICMS; faz terrorismo que não vai pagar a lei aprovada na Assembleia, que em maio concede aumento para os trabalhadores da segurança; faz terrorismo que vai acabar com a licença-prêmio do funcionalismo municipal; faz terrorismo de que vai faltar papel higiênico nas delegacias, que não tem gasolina para proteger a população, e a gente não encontra mais o policiamento preventivo nas ruas. Faz terrorismo com o povo e com o conjunto do funcionalismo público, ameaçando parcelar salários.

Os sindicatos tiveram que ir à Justiça para que não houvesse parcelamento dos salários do funcionalismo público estadual. Interessante que nunca se cogitou em parcelar salário dos Deputados, nunca se cogitou em parcelar salário dos Secretários. Isso é inadmissível, tem a oposição firme do PSOL e nós estamos apoiando a luta dos trabalhadores organizados. Tivemos a honra, com o nosso Deputado Pedro Ruas e a minha presença, enquanto o Prof. Alex estava aqui com os municipais, de estarmos juntos com os policiais civis. Não adianta discurso de bravata da segurança, porque, para defender a segurança, tem que defender os trabalhadores e defender os direitos dos trabalhadores da segurança pública.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, escutei atentamente as Lideranças falando, como sempre, com muita propriedade. Eu vou ler essa manchete da revista Veja - o Ver. Bernardino não gosta dessa revista, mas é uma revista de circulação nacional - que diz o seguinte: “O PT traiu os brasileiros. Saio do PT porque não é o Partido que ajudei a criar, é um partido que se distanciou dos seus princípios éticos, das suas bases e de seus ideais”. Isso quem disse foi a Senadora Marta Suplicy, então não cabe a mim comentar nada mais sobre isso.

Quero dizer à Ver.^a Sofia, que falou sobre a Carris, que eu concordo, e se há apontamentos de falta de gestão, falta de planejamento, assisti uma série, seis ou sete

itens que V. Exa. delineou, que o Tribunal de Contas apontou no momento certo e são corrigíveis. Também fico feliz por não ter sido lembrado nenhum desses itens da Carris como desvio do dinheiro público, e sim pedindo correção. E, nisso, até os próprios, o Presidente da Carris, os diretores da Carris, a Prefeitura, todos têm a obrigação de fazer a correção, se estiver errado. Fico estranhando apenas quando a senhora reclama das horas extras da Carris e, ao mesmo tempo, pede para dar hora extra para outras categorias e não dar para motoristas, cobradores, para quem trabalha na Carris, que, às vezes, precisam fazer horas extras também. Quando se noticia que o Governador Tarso Genro foi denunciado, condenado, aqui também vejo, tem uma condenação do ex-Presidente do partido, David Stival, que é meu amigo, eu o conheço, tenho certeza de que ele não guardou nada para si, mas ele era o Presidente do partido. E o partido mandou dinheiro para a eleição, em 2005, sem comprovante nenhum. Então, é uma prática do partido, é uma prática do partido que eu gostaria muito de não precisar vir a esta tribuna e falar sempre a mesma coisa. Os meus amigos Vereadores do PT, às vezes, ficam brabos, e eu não tiro a razão deles, porque é muito ruim ter que ouvir, todos os dias, o que parece que é a mesma coisa, parece que é um repeteco, mas não é. São as notícias diárias e os assuntos que se tem aqui.

Então, Ver.^a Sofia, a senhora não se preocupe, se o Tribunal de Contas apontou, e assim como aponta para quase todas as administrações, pois essa é a função do Tribunal de Contas, e que bom que tem isso, que bom que tem o Tribunal de Contas, Procuradoria ou Promotoria do Estado para fazerem essas correções que devem ser feitas. Aqui, todos vão concordar quando as correções são necessárias e possíveis de serem feitas. Quando são possíveis, têm que ser feitas. E serão feitas, certamente. O difícil é quando se é condenado, como alguns ilustres são condenados... e nós estamos lendo todos os dias nos jornais, não só na Revista Veja, que fulano, fulano e fulano estão condenados por desvio de dinheiro público. Isso é muito grave e isso sempre terá, em mim e certamente em todos os 36 Vereadores de Porto Alegre, a indignação.

E sobre o desmonte da segurança pública, Ver.^a Fernanda, eu não gosto de colocar a culpa em ninguém, como o PT faz, mas aproveitando o que o PT disse, eu acho que já foi de propósito que está sendo feito isso, porque o Comandante da Brigada Militar é o Subcomandante do Tarso Genro, e o Chefe de Polícia é o mesmo Chefe de Polícia que

era do Tarso. Já estou começando a desconfiar que o PT está comandando a segurança pública do Rio Grande do Sul.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Ver. Idenir Cecchim, V. Exa. não pode me chamar aqui, dizer que eu sou contra a revista Veja, mas, na verdade, eu sempre disse e digo que eu tenho uma preocupação muito grande com a generalização. Por exemplo: eu jamais diria que, no PROS, todos são estelionatários. Não, não! Mas que tem, tem, é só procurar! Foi nesse sentido, Ver. Cecchim, que eu acabei não ficando na direção estadual do PROS. Eu não aceitei que o partido fosse aberto para os Municípios onde aqueles que pretendiam presidir não comprovassem a condição de “ficha limpa”. Todos sabem, inclusive a imprensa. Agora, que nós vivemos um momento muito delicado, nós vivemos um momento muito delicado, não há dúvida. Tenham certeza os senhores e as senhoras de que a reforma política que virá, com certeza absoluta, não vai ser a melhor proposta para a sociedade, porque nós não temos um grupo, uma constituinte específica elaborando um projeto para a sociedade. A reforma política vai ser aprovada para os Parlamentares que estão no exercício do seu mandato, porque quem irá votar serão os próprios. A melhor reforma política para o País poderia acontecer se nós tivéssemos um grupo independente, uma constituinte, vamos dizer assim, elaborando esse projeto. Como isso não está acontecendo e não vai acontecer, a reforma política que virá não será a melhor reforma política para a sociedade, será a melhor reforma política para os Parlamentares que estão hoje exercendo os seus mandatos.

Ver. Nereu D’Avila, V. Exa. é o autor do projeto que trata do cercamento do parque. Evidentemente que este Vereador, se o parque estivesse em condições de ser frequentado com mais segurança, com mais tranquilidade, com mais estrutura, jamais seria contra o cercamento. Mas independentemente das questões de que trata o seu projeto, que não é de cercar o parque, e sim de dar possibilidade à população de opinar sobre o seu cercamento, mesmo com a precarização da informação, porque alguns

comunicadores estão levando para esse lado, estão induzindo a população de que, votado o seu projeto, o parque será cercado ou levando para esse lado. Não é verdade. A maioria da população sinalizou dizendo que é favorável ao cercamento, e tenho certeza de que, se todos assim disseram, têm eles uma justificativa. Até hoje o Poder Público não deu condições ou não está oferecendo condições de apresentar um parque com segurança, com limpeza, com manutenção, com estrutura. O parque não tem estrutura; não tem, essa é a verdade. Não adianta. Os próprios banheiros lá do parque - aqueles que frequentam sabem que não é fácil, sabem como é.

Então, com certeza, precisamos enfrentar esse plebiscito, se for aprovado o seu projeto, será uma oportunidade, acima de tudo, pedagógica. Toda a vez que a população é chamada a opinar, acima de tudo, é um processo pedagógico. Isso vai se refletir nas eleições para Vereador, Deputado, Senador, Governador, Presidente. O povo precisa fazer mais exercício da importância do voto. Por isso quero cumprimentá-lo, mais uma vez, por trazer esse debate. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): (15h26min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O Sr. João Carlos Nedel (Requerimento): Sr. Presidente, tão logo se vote o PLL nº 170/13, de autoria do Ver. Nereu D'Ávila, solicito que se faça a Reunião Conjunta das Comissões, e, após, sigamos à ordem da priorização.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento nº 043/15, de autoria da Ver.^a Mônica Leal. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Cláudio Janta, que solicita a retirada de tramitação da Emenda nº 04 ao PLL nº 170/13 e da Subemenda nº 01 à Emenda nº 04 ao PLL nº 170/13.

Em discussão o PLL nº 170/13. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 170/13.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o Ver. Nereu D'Avila traz para esta Casa uma discussão em função da qual a cidade de Porto Alegre vai exercer o seu espaço democrático, através de um plebiscito.

Eu, que já tinha apresentado uma emenda, sou a favor de cercar todos os parques de Porto Alegre. Nós temos, em nossa Cidade, três parques cercados, nos quais o acesso do povo é permitido e os índices de criminalidade são zero: Parque Germânia, Parque Saint'Hilaire e Jardim Botânico.

Aqueles que querem traficar e cometer crimes dentro dos parques são contra ao cercamento do parque; são esses os que não querem que cerquem os parques! Se nós formos a qualquer lugar do mundo, veremos que os parques são cercados. Em São Paulo, os grandes parques são cercados; em Brasília, o Parque da Cidade, do qual Brasília se orgulha, que aparece na televisão, e é muito frequentado nos finais de semana, é cercado! Então, retirei a minha emenda, porque o Ver. Nereu D'Avila tem um projeto que tramita nesta Casa, há 25 anos, para cercamento do Parque Farroupilha. Além de o Vereador ter o projeto, tem esse plebiscito. Eu acho que não é justo que eu, que estou há dois anos nesta Casa, atrapalhe o seu projeto; então nós retiramos a Emenda nº 04, que prevê o cercamento de todos os parques. Nós vamos apresentar um projeto de plebiscito referente a esses outros parques; encaminhamos aqui para que seja aprovado esse plebiscito e vamos encaminhar para que sejam cercados todos os parques de Porto Alegre. Eu, que já fui várias vezes ao Parque Saint'Hilaire, acho que o povo pode muito bem frequentar os parques fechados, e o Parque Germânia, o Parque Saint'Hilaire e o Jardim Botânico são exemplos disso.

O Sr. Nereu D'Avila: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quero, com toda a tranquilidade, dizer a V. Exa., a quem eu já conhecia antes de ser Vereador aqui conosco, com uma atuação, aliás, destacada, já, nesses dois anos, do meu agradecimento, que não é alegórico, nem sentimental é um agradecimento, como V. Exa. mesmo disse, porque a matéria já vinha sendo amadurecida e, na realidade, parcializar será mais inteligente, porque haverá possibilidade, inclusive financeira, de outras

situações. Então, como V. Exa, durante o período em que eu pedi até hoje, amadureceu essa ideia e está retirando a emenda, eu queria dizer da minha satisfação com a sua grandeza política do entendimento. Colocar essa emenda pode inviabilizar o objeto do projeto, que, neste momento, é o parque da Redenção. Agradeço a sua compreensão. Esse tipo de grandeza é que dá estatura ao mandato parlamentar.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, estou surpresa com a sua decisão, e quero trazer uma reflexão. Nós íamos votar favoravelmente à sua emenda, porque entendemos que essa discussão não se faz isoladamente, é uma discussão de concepção de cidade, de espaço público, de visão de parques, de segurança. A sua emenda ampliava e possibilitava um debate real com a Cidade e diminuía o questionamento sobre o que votará esta Casa. O grande questionamento é: por que a Redenção? Inclusive há suspeitas de já ter negócios previstos, como privatizações.

Ver. Janta, se alguém foi citado na imprensa esses dias todos, além do Ver. Nereu, foi V. Exa. com a sua emenda. Quero lamentar a retirada, porque ela é uma emenda que daria outro calibre ao debate que teríamos com a Cidade, que poderia se posicionar por um conceito a favor ou contra, seria uma oportunidade.

O SR. CLÁUDIO JANTA: A senhora terá a oportunidade de votar o meu projeto. Estou retirando a emenda e apresentando um projeto para cercar os outros parques de Porto Alegre. No plebiscito, junto com o plebiscito sobre o transporte coletivo de Porto Alegre. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Professor Garcia está com a palavra para discutir o PLL nº 170/13.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, venho de público falar um pouco sobre este projeto. Sou testemunha que o Ver. Nereu D'Avila há muitos anos tem lutado pelo cercamento do parque. E este Vereador, em 2003, fez a lei que é lei atual. A lei de 2004, de minha autoria, prevê que, para cercar qualquer parque em Porto Alegre, tem que ser através de plebiscito. E por que eu fiz isso? Para

tirar do foco dos Vereadores decidirem que este parque vai ou não ser cercado. Muitos aqui estão dizendo que é questão de ser contra ou não ao plebiscito. Não é essa a questão! Quando um Vereador propõe pontualmente um cercamento, já tem uma posição definida, ou seja, quer cercar o parque. Então, essa questão do plebiscito já vem carimbada com uma posição. Quero deixar esse registro.

Outra coisa: em 2005, o Vereador Ibsen Pinheiro apresentou esse mesmo projeto, ou melhor, o Ver. Nereu apresenta hoje projeto idêntico ao do Ver. Ibsen Pinheiro.

(Aparte antirregimental do Ver. Nereu D'Avila.)

O SR. PROFESSOR GARCIA: Concedo-lhe um aparte mais adiante, Vereador. Essa é a questão do contraditório e da divergência, porque eu estou lhe provocando para o senhor vir ao debate. Eu quero lhe provocar para o senhor vir ao debate! Então, o Ver. Ibsen Pinheiro apresentou esse projeto, que convoca a população para o cercamento de logradouros públicos, até utilizou o *caput* do meu artigo, citando-me na Exposição de Motivos. Foi derrotado por esta Casa.

(Aparte antirregimental do Ver. Nereu D'Avila.)

O SR. PROFESSOR GARCIA: Então, agora V. Exa. está argumentando que eu tenho razão. Mas é porque o senhor quer o cercamento, não é a questão do plebiscito. Volto a dizer: não é matéria nova; é matéria requeitada desta Casa.

Mas vamos trazer alguns fatos. Eu pergunto: a população de Porto Alegre clama por plebiscito do parque? Não! Esse assunto saiu aqui do seio desta Casa! Eu quero apresentar alguns *slides* para fazermos alguns argumentos, porque cercar vai nos dar toda a segurança, não é?

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. PROFESSOR GARCIA: “Jovem homossexual é morto a facadas no Parque Ibirapuera. Polícia suspeita de homofobia.” Mas, barbaridade, um parque cercado e mataram o cara! Que será que houve, hein? Que será que houve? “O jovem Marcos

Vinicius de Souza, de 19 anos, foi morto com duas facadas por volta das 5h deste domingo.”

E isso é coisa recente! Esse foi um fato isolado, mas o que diz o Governo de São Paulo, a Prefeitura de São Paulo? “Parque Ibirapuera tem 15 áreas perigosas, diz o Governo. Mapa mostra onde há assaltos, roubos, furto de veículos, bicicletas, além de atos obscenos e venda de drogas”. Gente, nós temos que tratar a segurança sob uma outra óptica. Se pensar que cercando o parque vai nos trazer segurança, estão todos enganados! Enganados!

Mas vamos adiante, um parque que não é cercado e é parque, é um lugar do público. Olhem aí, o “maníaco do parque”, que foi amplamente discutido, e os senhores todos se lembram.

Mas vamos agora sair do Brasil, vamos a um outro parque: Central Park. Esse é recente, eu não quis pegar coisa antiga, foi em 5 de fevereiro de 2015: “Violento assalto nas imediações do Central Park, por volta das 8h30min. Os Policiais registraram o depoimento da vítima”. Gente, e o Central Park tem uma parte cercada e outra parte não; o assalto foi na parte cercada. O Central Park é dez vezes maior que o Parque da Redenção, e é policiado. Eu trago aos senhores esse relato para que a gente não fique colocando questões como: “Não, se eu votar contra o plebiscito, é contra a democracia”. Não é! Isso é falácia! Isso é falácia! E eu quero trazer mais alguns subsídios para a gente discutir.

Sr. Presidente, o Ver. João Carlos Nedel se inscreve e me cede o seu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Professor Garcia prossegue a sua manifestação de discussão do PLL nº 170/13, a partir deste momento, por cedência de tempo do Ver. João Carlos Nedel.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Obrigado. Vamos fazer uma retrospectiva. Primeiro, cercar é igual a cercear – entrem no dicionário e procurem. Ou seja, impedir.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. PROFESSOR GARCIA: Mas vamos voltar à história do mundo e das civilizações. Fizeram as cidades com as suas cidadelas, onde cercavam a cidade, e o Garcia, para

entrar nela, pagava pedágio para ter mais segurança. As cidades foram evoluindo e, depois... Esse conceito de parque, hoje, que estão tentando colocar em Porto Alegre, é um modelo ultrapassado, vem do modelo da época em que a nobreza, na Europa, cercava os parques. A realeza ia para dentro desses locais e assistiam ao quê? Caça de lebres, caça de faisão, inclusive quem nos passou mais subsídios – quero agradecer - foi o professor Marco Heckmann, catedrático da UFRGS em Urbanismo que nos fez esse relato da história.

O mundo foi crescendo, chegou a Revolução Francesa, quebrando essas amarras, e a Revolução Industrial disse o seguinte: “Não, isso é espaço de todos. Isso é espaço de todos”. “Ah, mas na Europa tem.” Tem, mas vejam a época! Desde aquela época. Hoje não se faz parques cercados na Europa, porque é um conceito que não é utilizado. Nós temos que evoluir! Então, eu trago de pronto isso, porque, quando eu fui Secretário, nós criamos um projeto chamado “O Povo na Praça”, com o seguinte mote sobre praças: “Uma praça não ocupada será ocupada por desocupados”. Ou seja, mostra que nós temos de ir ao encontro, se tem pessoas se movimentando. Nós temos aqui ao lado o Parque da Harmonia, que é cercado. Se nós passarmos à tarde, há mais de 150 moradores de rua ali, e aí? Mas o que está ocorrendo? Qual é a verdade disso? O que tem por trás disso, qual é a intenção disso?

Para os senhores saberem, hoje na Redenção tem três guarda-parques, sendo que um está doente, na realidade tem dois; uma moto, porque a outra moto está estragada. Nós fomos saber por que a moto está estragada, por que está faltando guarda-parque? São situações que temos de ver como um todo!

Bom, aí se fala da questão da iluminação. Lembro que uma vez eu falei e, esses dias, o Valter Azevedo disse que eu tinha que falar de novo sobre a iluminação. Numa época eu me preocupei porque tinha de iluminar mais e aprendi duas coisas: se tu iluminas muito as árvores, vai haver alteração da floração das árvores e problemas migratórios, porque os pássaros não dormirão lá. Então, nós temos que ter o bom senso, porque, se falamos em meio ambiente, temos de pensar no complexo como um todo. O ser humano é um dos agentes desse sistema.

Então, senhoras e senhores, eu vejo que temos que iluminar mais, mas também temos de ter cuidado. Volto a perguntar: a Redenção é tão perigosa assim para quem frequenta? Que mostrem as mortes. A Brigada Militar disse que tiveram 57 ocorrências no semestre.

Eu poderia trazer, mas entrem no Google e vocês vão ver o que tem sobre violência nos parques, cercados ou não. Trouxe aqui os cercados, para dar maior conotação.

Então, volto a dizer, é um projeto requeitado, que esta Casa já derrotou. Não é uma questão de “se eu votar contra, sou antidemocrático”. Não é essa a questão, porque, volto a dizer, já vem com o carimbo preconcebido de “eu quero cercar”. E os senhores sabem, não falei até agora o meu posicionamento, mas vou falar agora: eu sou contra o cercamento de parques. E fiz essa legislação que prevê o plebiscito, justamente para evitar isso, mas a discussão é válida, é benéfica. Mas volto a dizer que essa discussão não está posta na Cidade, está posta agora, porque esta Casa está fazendo este confronto.

Agora, eu acho que nós tínhamos que, daqui para frente, propor coisas para plebiscito, mas tínhamos que fazer audiências públicas e ver quais são as grandes demandas e necessidades da Cidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 170/13.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, boa tarde a todos e todas; parabenizo a posição do Professor Garcia. Temos discordâncias e concordâncias, algumas muito fortes. Eu tenho um mapa aqui (Mostra mapa.) dos 15 pontos, lá no Parque Ibirapuera, em que estão, em cada um deles, relatados que tipos de crimes acontecem com mais frequência. Realmente, é uma falácia; são aquelas soluções mágicas para problemas complexos que, efetivamente, não dão certo. Para problemas complexos, tem que haver medidas mais complexas e mais integrais.

O primeiro ponto – depois nós vamos discutir nas emendas – é que hoje passa batido o que a Prefeitura já começou a implementar, sem nenhuma consulta à população, que é um cercamento: o cercamento eletrônico. Ao que consta, sete câmaras de videomonitoramento já estão lá funcionando e há um projeto de ampliar este número. Vejam, já há uma retirada da liberdade individual, no momento em que há uma câmara de vídeo controlando o cidadão e a cidadã. Portanto, a nossa emenda, a Emenda nº 02, não

foi protocolada agora, é uma emenda de plenário, faz justamente esta pergunta; faz constar, faz com que – caso seja aprovado o projeto de lei do Ver. Nereu –, dentre as perguntas, haja a possibilidade de o cidadão se manifestar se deseja ou não o cercamento eletrônico. Eu acho que não podemos passar batido por algo que, é verdade, de certa forma já vem acontecendo com essas sete câmeras e passará a ocorrer em maior quantidade.

Temos que discutir aqui o que o Ver. Prof. Garcia coloca: não é uma falácia ser a favor do plebiscito, isso não significa dizer que se é a favor do próprio cercamento; nós aqui já externamos uma posição contrária ao cercamento.

Eu quero aqui levantar algumas – talvez haja Vereadores em dúvida aqui, sabemos que o plenário geralmente não é um lugar para o qual venham com dúvidas, mas com convicções – questões práticas. O Ver. Professor Garcia trouxe alguns exemplos de vários lugares do mundo onde o cercamento não funciona, não é essa a solução mágica para um problema complexo como a criminalidade.

Atentem que não estamos falando de um lugar pequeno, onde haja a possibilidade de contato visual, estamos falando de uma circunferência de 2,5 quilômetros, 37 hectares! Isso não é um pátio, não é uma minipraça de bairro! Digamos que o parque seja cercado de forma física, digamos que naquele dia entraram dez mil pessoas – se não mais, que frequentam o Parque da Redenção - e o horário de fechamento é às 22h, e essas pessoas saíram pelas roletas. Aí já entra outra questão: quantas entradas haverá? Quantas entradas? O Ver. Nereu, em uma entrevista, disse que seriam em torno de quatro entradas. Claro que isso não está decidido ainda. Quatro entradas? O sujeito vai ter que caminhar 500 metros, um quilômetro até encontrar uma entrada. Quero voltar a um problema prático: digamos que das dez mil pessoas que entraram pelas roletas - e há todo um sistema de controle, pessoas que controlam essas roletas -, terminou o horário e mil pessoas ficaram lá dentro. O que será feito dessas mil pessoas? Vai-se acionar a Brigada ou a Guarda Municipal para fazer uma varredura no parque e, digamos assim, capturar essas pessoas que estão descumprindo o horário? Será uma megaoperação policial, uma megaoperação dos órgãos de segurança, da FASC envolvida. Vejam que enquanto estamos aqui ilustrando problemas práticos, tornam-se muito reais as situações que podem acontecer. Além de não resolver o problema inicial que se levanta, também pode criar outros problemas – que certamente serão criados – que até hoje não existem.

Cometer um crime, em 2,5 quilômetros de circunferência, será que um sujeito não pode entrar, cometer um crime e sair impunemente? Inclusive a arma que ele pode usar pode ser arremessada facilmente de um dos pontos desses 2,5 quilômetros. O sujeito comete o crime, atira, mata, comete um homicídio, depois devolve a arma, sai impunemente.

Então, vejam, estou, nesta primeira manifestação, teremos várias emendas, levantando os problemas concretos e práticos que podem... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

Apenas concluindo. Na discussão das emendas, nós entendemos que... Primeiro: por que emendas protocoladas tratando de outros temas? O Ver. Nereu sabe, e nós sabemos aqui, que uma consulta envolve custos, é um investimento – eu não diria custo –, é um investimento na cidadania. Vamos otimizar esse investimento! A Bancada do Partido dos Trabalhadores tem um projeto de lei protocolado que cria uma sistemática de consultas diretas à população, com cinco grandes temas a serem decididos anualmente. Vejam, vamos otimizar. Há outros grandes temas na Cidade que podem ser decididos diretamente pela população. Acredito que o próprio Ver. Nereu poderia aproveitar a discussão do seu projeto, uma discussão meritória, e abrir essa possibilidade de que outros temas possam ser discutidos e otimizados, decisões para o futuro da Cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLL nº 170/13.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; boa tarde, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; venho a esta tribuna para tratar do projeto em tela, que diz respeito à realização de um plebiscito para o cercamento ou não do Parque da Redenção. Quero fazer uma separação aqui, Ver. Nereu, de duas questões muito específicas. Logicamente que o mérito, depois, será o cercamento, mas nós estamos, neste seu projeto aqui, tratando da possibilidade do plebiscito, que é uma consulta pública em que a população de Porto Alegre, num momento conjugado com uma eleição, terá de manifestar a sua opinião em relação a esse tema. Eu não sou contra o cercamento dos parques. Até acho que o Parque Germânia é um bom exemplo de um parque cercado que

funciona bem. Talvez alguns outros parques mais regionalizados pudessem ser cercados. Em relação à Redenção, ao mérito, que não é o que está em discussão, eu, particularmente, Ver. Professor Garcia, num primeiro momento, não gostaria de ver a Redenção cercada. Estou acostumado com o Parque Redenção, pois tenho 47 anos, nasci nesta Cidade e gostaria o parque pudesse permanecer do jeito que está. Acho que existem outras maneiras de se fazer o cercamento eletrônico e de se tratar da questão da segurança.

O Sr. Professor Garcia: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cassio Trogildo, só gostaria de dar uma colaboração. Quando o Parque Germânia foi cercado, já estava sob a égide da lei que eu havia feito. Então, nós tivemos uma alteração aqui nesta Casa. Por que ele passou? Porque seria um parque que seria entregue à Cidade pela iniciativa privada como contrapartida, com custo zero. Isso foi o que passou. Lembro-me que a polêmica foi em relação à emenda que havíamos feito de determinar que 10% deveriam ser de locais para a prática desportiva. Então, somente por isso que o Parque Germânia escapa, por ser da iniciativa privada. O Parque da Redenção, ao ser cercado, teria que mudar o sistema. Ou faz uma licitação e há concorrentes ou, senão, hoje o Poder Público teria de arcar com isso.

O SR. CASSIO TROGILDO: Perfeitamente. Sabemos que, no caso de a população se manifestar favoravelmente no plebiscito, vão ter que haver as dotações orçamentárias, os recursos para se realizar a obra.

O Sr. Nereu D'Avila: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Só para dizer que o Ver. Professor Garcia faltou com a verdade na tribuna dizendo que eu copiei do Ver. Ibsen Pinheiro. Não é verdade! Está aqui o art. 1º do Projeto de Lei do Ver. Ibsen Pinheiro e que eu votei favoravelmente (Lê.): “Art. 1º Fica convocada consulta à população para o cercamento de logradouros públicos, como largos e parques, com área superior a 50.000 m² (cinquenta mil metros quadrados) ou cinco hectares, mediante plebiscito”.

Então, não tem nada a ver com o plebiscito do Parque da Redenção. Era acima de cinco hectares. Obrigado.

O SR. CASSIO TROGILDO: Agradeço. Quero dizer que vou votar favoravelmente ao Projeto do Ver. Nereu D'Avila, ao mérito que se está tratando no seu Projeto, que é consultar a população, Ver. Alex, num plebiscito em relação à opinião do cercamento do Parque da Redenção. Eu acho que é um tema bastante controverso. Se pegarmos 10 pessoas, com certeza, Ver. Maroni, vai dar no meio as intenções, porque é um tema controverso. Se tratar pelo lado da segurança, se cercar vai ficar mais seguro, se eu trato por esse mérito, as pessoas acabam admitindo o cercamento. Mas vou votar favoravelmente à realização do plebiscito porque acho que não há nada mais soberano do que a possibilidade de a população, em seu conjunto, se manifestar sobre esse tema. Quero dizer que, *a priori*, no plebiscito, vou votar contrariamente ao cercamento, porque acho que tem outras formas de se dar segurança para a Redenção. Acho que é possível melhorar a iluminação, sim, como bem disse o Ver. Garcia, temos as restrições ambientais quanto à questão da iluminação, os técnicos do meio ambiente, Ver. Cecchim, não permitem uma iluminação mais ostensiva, porque, como já foram citadas aqui, diversas questões ambientais são afetadas, mas o cercamento eletrônico, a melhora até da ostensividade da segurança podem também ajudar.

Em relação ao mérito, fui o Relator na CEFOR, no ano passado, do projeto sobre a realização do plebiscito, relatei favoravelmente à aprovação e sou favorável à realização do plebiscito. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para discutir o PLL nº 170/13.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; na mesma linha de raciocínio do Ver. Cassio, que aqui já se manifestou a respeito do projeto que estamos discutindo, do Ver. Nereu, que convoca consulta à população, mediante plebiscito, a respeito do cercamento do Parque Farroupilha. Esse é um projeto já amplamente debatido, discutido aqui nesta Casa, inclusive com proposição de muitas emendas, subemendas. Nós temos uma posição extremamente democrática no sentido de que a consulta à população, obviamente, é uma medida que não traz nenhum prejuízo à

sociedade, muito antes pelo contrário: ouvindo a população, nós vamos ter o juízo de convicção a respeito daquilo que é o melhor e é o sentir da sociedade porto-alegrense.

O Ver. Nereu tem sido combativo no que diz respeito a este projeto, e, obviamente, no decorrer das semanas, quando, de forma muito ampla, tem sido destacado esse tema através das mídias televisivas e escrita, muitas pessoas que têm contato com os Vereadores – inclusive o Ver. Cecchim fez uma consulta no seu Facebook, e disse que 95% são a favor do plebiscito, aliás, até do próprio cercamento –, alguns comentários, algumas solicitações, algumas perguntas são feitas, mas também tem aquelas pessoas que questionam e perguntam por que a Câmara não decide sobre isso. Na verdade, era também uma possibilidade de a própria Câmara decidir, mas não é o que hoje está em discussão aqui, o que está em discussão aqui é justamente a respeito de sermos a favor ou contra a consulta à população mediante plebiscito a respeito do cercamento, e, nesse sentido, ouvir a população, Ver. Nereu, sempre é uma medida muito importante, na medida em que ela traz um respeito ao sentimento daqueles que são, inclusive, usuários do parque. V. Exa. inclusive me mostrou uma reportagem de um grande defensor do não cercamento do Parque Farroupilha que mudou de opinião ao longo do debate, ao longo do período de discussão do tema. E possivelmente essa pessoa que V. Exa. citou, na consulta do plebiscito, irá votar “sim” pelo cercamento do Parque da Redenção. Vejam que o debate é importante e oportuno, inclusive, a consulta à população.

O Sr. Nereu D’Avila: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Agradeço a V. Exa. E a pessoa que V. Exa. cita não é uma pessoa qualquer, não é comum, é uma pessoa extraordinária, no meu entendimento, Dr. Sérgio da Costa Franco, que quando eu era criança, em Soledade, na minha terra, era Promotor de Justiça respeitadíssimo, e veio a ser um escritor famoso que todo mundo conhece. E ele mudou de opinião e não tem vergonha de dizer.

Esta Câmara exatamente hoje está votando um projeto que poderia ela mesma resolver, pois temos aqui o mandato popular, e 36 Vereadores poderiam resolver se vai ser cercado ou não. Nós vamos transferir para mais de 1,2 milhão de eleitores de Porto Alegre. Quer mais democrático que isso? O que está se discutindo aqui não é o mérito, V. Exa. está muito bem, é se vamos ou não conceder o plebiscito. Se eu tivesse dito que só seriam consultados os usuários da Redenção, não seria imoral, porque quem usa é quem

cuida mais ou presta mais atenção. Se fossem somente os usuários, os 600 foram convocados, e hoje o parque estaria fechado, porque 338 se pronunciaram, neste final de semana, a favor do cercamento, e 258 contra, ou seja, 80 pessoas em 600 preferiram o cercamento. Ou seja, 56,3% preferiram o cercamento, e 43% o não cercamento. Portanto, se fossem somente os usuários, estaria cercado o parque. Mas, ao contrário de restringir, se a Câmara aprovar o Projeto, vai ampliar para toda a Cidade. Não vejo mais democrático que isso!

O SR. ELIZANDRO SABINO: Ver. Nereu, inclusive V. Exa. teve o cuidado de consultar o nosso Tribunal Regional Eleitoral quanto à possibilidade da aplicabilidade nas urnas dessa consulta popular, o que já amplamente foi divulgado no sentido de que não há nenhum óbice. O TRE está preparado para essa consulta popular, o que para nós traz grande conforto no momento dessa decisão aqui na Câmara.

O Sr. Professor Garcia: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do Vereador.) Eu só quero fazer uma retificação em relação ao que o Ver. Nereu disse. Hoje, a Câmara Municipal de Porto Alegre não pode decidir se vai cercar a Redenção. Existe uma lei que diz que isso tem que ser designado para a população. Nós poderíamos fazer uma lei alterando isso, mas hoje, 29 de abril, os Vereadores não podem decidir se vão cercar ou não.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Nesse sentido, inclusive, nós estamos, hoje, votando justamente se optamos pela escolha “sim” ou “não” do plebiscito. É por isso que atendendo essa lei que está em vigência, obviamente nós estamos votando sobre a consulta popular. Inclusive uma lei que, obviamente, vem com os traços do regramento constitucional, nossa Carta Magna, que submete a consulta à população através de plebiscito. E é exatamente o que esta Casa Legislativa, nesta tarde, vai fazer.

Portanto, é nesse sentido, Ver. Nereu, que desde já o parabenizo – já fiz isso na presidência da Comissão de Constituição e Justiça, o que faço aqui também – pela iniciativa e também pela forma combativa como tem travado este debate a respeito da consulta popular. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para discutir o PLL nº 170/13.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu quero iniciar, Professor Garcia, cumprimentando-o. Eu acho que V. Exa., até pela experiência desse projeto que já tramitou na Casa anteriormente, trouxe aqui, de um lado o histórico, e também traz elementos que considero importantes para a reflexão, sob a óptica da ocupação democrática dos espaços públicos.

A Redenção é um lugar que, primeiro, tem uma história que dialoga com a história do Estado do Rio Grande do Sul. Segundo, o nome Redenção vem desse processo, e a Redenção é um local que eu acho que é um cartão de visitas para a Cidade e, ao mesmo tempo, sob a óptica de como a população foi ocupando espaços; e eu exemplifico isso com a Brique da Redenção e a Feira de Artesanato do Bom Fim – a Artefim. Aliás, eu sou mãe de um artesão, que foi Presidente da Artefim durante três gestões, que foi num momento de muita luta, que, inclusive, a Artefim conquistou os equipamentos para um melhor trânsito, uma melhor participação e também para o trabalho dos artesãos. Foi um processo que acompanhei muito de perto, porque sou mãe de um dos artesãos da Feira do Bom Fim.

Então, os elementos que o Vereador traz aqui são importantes, e, inclusive, Ver. Professor Garcia, eu acho, Ver. Nereu, que não compactuo. Acho que o Ver. Professor Garcia está correto sob o ponto de vista, inclusive, da lei da consulta popular. Eu não considero que os 36 Vereadores – e eu estou entre eles – vão decidir sobre o cercamento de um lugar, que é um lugar histórico; aliás, histórico sob o ponto de vista, inclusive, da participação política. Eu me lembro, Ver.^a Fernanda Melchionna, assinando na Redenção num domingo de manhã, porque o PSOL precisava de assinaturas – e tu me passaste para assinar – para poder se constituir como partido político. O PCdoB no processo da nossa luta pela legalização do partido, ainda no processo da ditadura, na luta pela redemocratização; foi exatamente no espaço da Redenção que muitas conquistas nós fizemos, de apoio, também, para a legalidade dos partidos. Eu me lembro como se fosse hoje, foi num domingo, e, aliás, a Fernanda perguntou: “E aí, Jussara Cony, vai assinar ou não?” Eu disse que claro que eu assinaria! Democracia é isso, não é? Eu me lembro até

que foi no início de uma folhinha, que estava começando as assinaturas. E eu me sinto muito honrada de ter participado desse processo, que a Redenção nos oportuniza sob o ponto de vista da luta política, inclusive.

Então, a gente tem que ter muito cuidado com espaços conquistados assim, porque a população tem que decidir. Nós estamos aí examinando, vendo, com relação à votação do plebiscito, mas somos contra o cercamento da Redenção, somos contra o cercamento dos parques, mas, nesse aspecto do plebiscito, sempre é importante e, inclusive, a legislação nos oportuniza, um processo de escolha da gestão da Cidade com maior participação popular. Aqui eu aproveito para lembrar da importância, por exemplo, de nós criarmos o Conselho das Cidades, que será um elemento importante para a reforma urbana da Cidade, para a mobilidade urbana, um Conselho da Cidade paritário, com participação popular. Então, a população sempre deve participar, além de uma matéria como esta, inclusive em outras matérias sobre plano de mobilidade, sobre licitação de ônibus. Sempre que houver a possibilidade de participação, para nós, é importante.

Agora, o cerceamento, naturalmente, nós vamos discutir em outro momento. Nós precisamos é de equipamentos sociais na Redenção e, em todos os lugares, segurança, porque aí flui a participação das pessoas, a cultura desta Cidade. A Redenção é um foco de cultura em todos os domingos, além do sábado, com o resgate da alimentação saudável. São espaços que não consigo ver cercados, onde há cultura, esporte e lazer. É a ocupação de espaços pela população de uma forma sem cerceamento, porque isso gera revitalização, gera relações humanas num patamar diferenciado, e isso é que enfrenta a violência... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...naturalmente, com os equipamentos necessários. Por outro lado, nós temos que pensar em parques, como a Redenção, na óptica da natureza como um todo e a influência também da não circulação, de cerceamento nas relações intrínsecas do homem com a natureza – o homem não é o dono da natureza.

Então, primeiro, vamos enfrentar essa etapa do plebiscito, que sempre é algo importante. Mas nós colocamos uma emenda – chamo atenção dos Vereadores –, para que não se dê junto com as eleições. Acho que é uma forma muito mais livre de nós votarmos, se for aprovado o plebiscito – e peço o voto para a minha emenda –, se nós não misturarmos

com as eleições. Acho que a população vai votar na sua Cidade, naquele lugar... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 170/13, por cedência de tempo do Ver. Pablo Mendes Ribeiro.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, primeiro, agradeço ao Ver. Pablo Ribeiro a cedência do tempo. Eu queria saudar o Celito de Nadal, da Società Italiana Massolin de Fiori, vejo que está nas galerias, seja bem-vindo. Quero dizer que, neste projeto do Ver. Nereu D'Avila, nós todos, de Porto Alegre, estamos sendo enriquecidos por detalhes. O Professor Garcia trouxe dados importantes para esta Casa. Vejo que muitos Vereadores que tinham uma posição já definida a favor ou contra já têm argumentos para mudar de opinião. Eu, particularmente, sou a favor de que se cerque o Parque Farroupilha, o Parque da Redenção, de que se cerquem os parques de Porto Alegre, para que sirva não só para a segurança, eu acho que há um equívoco aqui. O cercamento não é só para dar segurança, não; ele é para evitar vandalismo nos parques. Nós estamos com os nossos parques completamente destruídos pelo vandalismo. Temos muitos bustos, muitos monumentos arrancados dos seus lugares, ali na Redenção; se tivéssemos um cercamento, seria um pouquinho mais difícil sair carregando aquele patrimônio público rua afora.

Também, permitam-me, os ecologistas acham que não deve haver nem iluminação no parque, para os passarinhos não ficarem transnoitados... Puxa vida! Há tantas maneiras de levantar um pouquinho a saia das árvores, para que se enxerguem por baixo, colocando uma iluminação um pouquinho mais baixa. Os passarinhos podem dormir na copa, senão eles dormem no Parque Marinha, no Parque Harmonia, na Ilha. Os passarinhos não se incomodam de andar um quilômetro a mais ou a menos. Lá perto da minha casa, tenho passarinhos cantando até a noite, lá no Cemitério São João. O galo canta toda a madrugada lá no Cemitério também. Então, há tantos lugares para os passarinhos cantarem, algo que todos nós adoramos. Eu adorava lá fora sábia, achava que viria para a Cidade e nunca mais ouviria o sabiá cantando, mas ouço todos os dias.

Há uma consciência ecológica – todos nós queremos ouvir os passarinhos, cuidar dos passarinhos, cuidar dos bichinhos –, mas temos que cuidar das pessoas também.

Eu vou votar a favor do plebiscito, vou votar a favor do projeto do Ver. Nereu D'Avila, acho importante que se faça isso. Muitas pessoas com as quais conversei nesses dias já queriam que a Câmara votasse e definisse, mas, como o Ver. Professor Garcia disse muito bem, existe uma lei, que foi aprovada, a qual esta Casa tem que respeitar. Nós vamos respeitá-la e vamos votar a favor do projeto que dá oportunidade para a população se manifestar, não só os vizinhos e os frequentadores do parque, mas toda a população de Porto Alegre, porque isso será um sinalizador para os demais parques e praças da Cidade.

Eu quero dar um exemplo que está bem pertinho da minha casa, já que só se fala no Parque Germânia, em que, por ser grande, entra bastante gente todos os dias. Tem a Praça Província de Shiga, entre a Av. Cristóvão Colombo e a Av. Plínio Brasil Milano, em que as debutantes, as gurias que fazem 15 anos, e as noivas vão fazer fotografias, porque é um lugar aprazível, bonito e está cercado, não tem vandalismo. Não precisa ficar um guarda durante 24 horas; quando chega a noite, o guarda vai lá e fecha o parque e, no outro dia pela manhã, abre. Então, nós temos que olhar essas coisas também. Essa pequena praça, que foi feita em homenagem à Província de Shiga, não foi cercada através de plebiscito, não foi cercada por segurança, mas para evitar vandalismos. Lá, temos muitas flores, temos uma cascata muito bonita, e ela está preservada, porque está cercada. Eu não tenho dúvida nenhuma: se aberta fosse, não seria esse recanto em que todos os dias muitas pessoas vão para fazer *books*, fotografias importantes para as suas vidas, entre elas noivas, debutantes, meninas de 15 anos. Enfim, é um parque cercado que serve para todos, sem o problema de ter que evitar que alguém vá lá; todos podem frequentar a Praça Província de Shiga. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLL nº 170/13, por cedência do Ver. Mauro Pinheiro.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Caros colegas, muito boa tarde. Realmente, este assunto é de grande relevância, e o Ver. Nereu tem o mérito, como Parlamentar, de provocar esse

debate na Cidade e aqui na Casa. Além das questões operacionais que o Ver. Sgarbossa trouxe, eu não sei se a Secretaria de Segurança do Município entrou em contato com todos os colegas, mas recebi o contato da Secretaria pedindo o apoio para que não se aprove o cercamento. Aí eu estou falando do mérito do assunto, mas já vou me manifestar sobre o plebiscito. A Secretaria manifestava a sua grande preocupação sobre a inviabilidade do cercamento. Não sei se a Secretaria fez contato com algum colega da base do Governo, Ver. Kevin. O Secretário Adjunto falava-me da sua preocupação, da inviabilidade de a Guarda Municipal ter o efetivo necessário para fazer o processo de abertura, fechamento e de retirada das pessoas. Ele manifestou um conjunto de preocupações, pois a Secretaria não teria como fazer o gerenciamento.

Um segundo questionamento que é importante a sociedade fazer é sobre o custo dessa obra. Coloco isso porque o orçamento da Secretaria Municipal de Segurança Pública é o menor do Município. O Vereador proponente sabe, ele foi Secretário. O orçamento não chega a R\$ 1 milhão por ano para investimentos, e estamos falando sobre algo que custa mais do que todo o orçamento que o Município destina. Aliás, o Prefeito sempre reitera que ele não tem nada a ver com segurança, que ele não vai se meter nesse assunto, que a segurança das pessoas não é problema dele, em Porto Alegre. Estou estranhando essa atenção toda que, de uma hora para outra, parece que se despertou, por parte de algumas pessoas na Cidade, que acham que agora o Município tem que entrar na segurança pública. Mas de que forma? E aí vem o grande debate. É verdade que a Europa tem parques fechados. Mas o problema do vandalismo... E o Ver. Garcia muito bem trouxe o histórico de quem fechou esses parques: foi a nobreza desses países. Eu espero que daqui a pouco a gente não instaure a monarquia novamente no Brasil para passear nos parques. Mas o que realmente faz a prevenção ao vandalismo na Europa são as políticas sociais para a juventude. É o trabalho nas comunidades de periferia, o esporte, o lazer; não é o cercamento dos parques que reduz o vandalismo. Em cidade alguma do mundo.

O que nós precisamos, Professor Garcia, é exatamente essa bandeira do esporte, do lazer, de políticas para a juventude, e não de mais segregação. Já basta que jovens da periferia, quando entram em *shopping center*, sejam acompanhados pelos seguranças, com olhares desconfiados. Agora, quando eles estiverem nos parques da Cidade, daqui a pouco, também vão receber esse olhar desconfiado, não vão permitir que eles transitem

ali, as tribos da juventude da nossa Cidade. Então, o assunto é uma concepção de segurança. Eu, realmente, estou convencido. Nenhum dos 550 homicídios que ocorreram no ano passado, em Porto Alegre, foi dentro do Parque da Redenção. Nenhum dos dez mil roubos de carros, que aconteceram no ano passado, foi dentro da Redenção. Então, eu acho que é um diversionismo o que nós estamos debatendo aqui. Nada mais é do que uma cortina de fumaça para não discutirmos – e aí não estou aqui culpando ninguém, não estou culpando esse ou aquele. Mas a responsabilidade do problema realmente, talvez, não seja culpa de nenhuma pessoa, mas a possibilidade de mudar é, sim, do Sr. Prefeito, de se engajar nas políticas de segurança pública, ele que tem uma posição equivocada, ele e o Sr. Vice-Prefeito Sebastião Melo, que dizem que o problema da violência na Cidade não é um problema deles.

E, por fim, independente dessas visões, é com essa opinião que eu vou me expressar na Cidade, mas eu acho que o plebiscito é bem-vindo. Vai ser importante a gente discutir a concepção de segurança pública, o que a Prefeitura tem ou não tem feito sobre esse assunto, o que se deveria fazer, qual a concepção de ocupação do espaço público. Sábado, a Redenção estava ocupada por milhares de pessoas na Serenata Luminosa. Será que elas não vão mais poder fazer essa celebração de cidadania?

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Professor Garcia: Sr. Presidente, até como subsídios para o nosso crescimento, é só para informar que, no entorno do Parque Germânia, tem uma associação e cada condômino paga R\$ 25,00 reais para ajudar na manutenção daquele Parque.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Está feito o registro, Ver. Professor Garcia.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, solicitando retirada de tramitação da Emenda nº 09 ao PLL nº 170/13.

O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para discutir o PLL nº 170/13, por cedência de tempo do Ver. Guilherme Socias Villela.

O SR. KEVIN KRIEGER: Boa tarde, Ver. Mauro Pinheiro, Presidente da nossa Casa; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, da mesma forma, Ver. Alberto, que V. Exa. manifestou aqui a sua posição, na semana passada eu já pude manifestar a minha

opinião pessoal em relação a isso. Eu sou – e já falei para o Ver. Nereu – a favor do plebiscito, porque a gente não pode, na minha opinião, deixar de dar a oportunidade para as pessoas que frequentam a Redenção de opinarem sobre esse assunto. Em relação ao mérito, também já falei semana passada, sou contra o cercamento do Parque da Redenção. E isso não quer dizer que eu não seja a favor, como foi o Parque Germânia, que já foi constituído o cercamento na sua construção, e, inclusive, administrado pela iniciativa privada. E, se não me engano, Ver. Garcia, a parceria do Parque Germânia está vencendo em 2016 e terá que ser administrado pela Prefeitura de Porto Alegre. E a gente já vai poder, inclusive, ter uma ideia de como a Prefeitura de Porto Alegre vai administrar um parque cercado. Mas eu, particularmente, sou contra o cercamento do Parque da Redenção, mas respeito a opinião de todos. E essa discussão de mérito nós vamos fazer no ano que vem, quando o plebiscito acontecer, se for aprovado – e eu votarei a favor do plebiscito –, porque acho importante nós podermos escutar a população em relação a isso e estabelecermos regras para as perguntas, inclusive, de como elas serão feitas, do tempo de debate, que acho muito importante.

Devemos escutar, principalmente, quem frequenta o Parque da Redenção, porque vamos ter a participação de toda as pessoas que votam nesse processo, e nem todas as pessoas utilizam o Parque da Redenção, e, talvez, Ver.^a Jussara, isso seja importante, inclusive, para as pessoas começarem a utilizar o parque.

Eu afirmo, mais uma vez, a minha posição. Concordo na questão de ser contra o cercamento. Mas, Ver. Nereu D' Ávila, como dei a minha palavra, nós votaremos, a Bancada do PP, a favor da participação das pessoas no plebiscito. Sem dúvida nenhuma, vai ser uma discussão que vai enriquecer a Cidade e, se o plebiscito ocorrer na eleição municipal do ano que vem, que eu acredito que vai ter, vai valorizar a eleição municipal, porque a questão do cercamento ou não será um dos grandes temas da eleição.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Reginaldo Pujol: Sr. Presidente, quero ponderar a V. Exa. que o projeto que está em discussão é se autorizamos ou não o plebiscito. Não é relevante saber a posição de cada um, todos estão dando sua posição. A posição que deve ser dada é sobre se concordamos com que seja feito o plebiscito ou não. Se concordarmos – eu, por exemplo, concordo –, vamos nos submeter ao que a maioria decidir e ponto final.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Carlos Casartelli está com a palavra para discutir o PLL nº 170/13.

O SR. CARLOS CASARTELLI: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, galerias, pessoal que nos assistem pela TVCâmara, servidores, em função das palavras do Ver. Reginaldo Pujol, eu não vou dizer qual é a minha opinião, se sou a favor ou contra o cercamento. Acho que, realmente, isso vai ser decidido pela população de Porto Alegre, a partir do momento em que o plebiscito for votado.

Subi aqui – eu nem iria falar hoje –, porque acho que o assunto já foi debatido demais, mas eu ia votar contra o plebiscito, inicialmente, ia votar contra o projeto do Ver. Nereu, porque eu tenho convicção – tinha, tenho e continuarei tendo - de que o plebiscito será utilizado para a discussão de outras questões, em vez de saber se a população de Porto Alegre quer ou não o fechamento do parque. Isso está ficando bem claro, aqui, em todas as falas. Nós vamos discutir, entre outros assuntos, se o Município de Porto Alegre, se a Prefeitura de Porto Alegre, se o Sr. Prefeito, se o Governo de Porto Alegre é responsável também pela segurança da nossa Cidade ou não.

Ocorre, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, que estamos chegando no mês de maio, e o Ver. Cláudio Janta chamou bastante a atenção, aqui, de que nós vamos trabalhar até o mês de junho contribuindo com impostos, com tributos, para manter o Estado brasileiro. Bom, ocorre que quem fica com a grande maioria do que é arrecadado, do que pagamos de impostos, seja através do imposto que estamos apresentando até a data de amanhã, até o dia 30, seja através de outros tributos embutidos em tudo o que compramos e tantos outros, é o Governo Federal. Mas, cada vez mais, eu vejo o Governo Federal, a União e o Governo Estadual deixando de repassar o recurso e ficando com a maioria desses impostos arrecadados para o seu próprio planejamento, para o seu próprio gasto, e os Municípios, os Prefeitos do nosso País inteiro não têm recursos para gastar.

Então, eu acho muito interessante que os Municípios invistam em segurança, invistam mais em saúde, invistam mais em educação, em tantos serviços que a população precisa. Mas isso fica impossível com a centralização de impostos que temos no País, pois quem realmente arrecada é a União, é o Governo Federal, como agora que nós temos um grande problema, que vai logo em seguida aparecer, porque os Municípios é que

sustentam a saúde no nosso País. São os Municípios que mais gastam em saúde no País, e cada vez são mais responsabilizados em fazer o investimento. Agora, com a diminuição dos repasses do Estado para os Municípios, quem é que vai continuar mantendo as Unidades de Pronto Atendimento abertas e as que estão por abrir? Quem é que vai continuar mantendo as Unidades de Saúde e qual vai ser a situação dos nossos hospitais, muitos deles com um equilíbrio financeiro muito tênue? Alguns deles vão parar de receber R\$ 400 mil, R\$ 500 mil, R\$ 600 mil por mês do Governo Estadual. Como esses hospitais vão se manter? Então, muitos de nós aqui falamos que o Município precisa assumir as suas responsabilidades, inclusive na área de segurança. Eu não sou contra, eu só quero saber quando nós vamos discutir a distribuição dos tributos, dos impostos deste País, dando mais para os Municípios, que são os que realmente têm contato com a nossa população, com aquelas pessoas que precisam e são os que, de fato, escutam a população que está próxima do Prefeito, está próxima dos Vereadores, está próxima dos Secretários, mas um pouco mais distante do Governo do Estado e intensamente distante do Governo Federal. Então, é preciso discutir a distribuição dos impostos arrecadados neste País para, depois, determinar que os Municípios, que os Prefeitos, que os governos municipais tenham maiores atribuições do que aquelas que já têm.

Então, esse é o meu medo quanto ao plebiscito, mas, por outro lado, eu tenho convicção de que ele é necessário, já que a população tem esse direito.

A Sra. Fernanda Melchionna: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigada, Ver. Casartelli. Nós, o senhor sabe, do PSOL, temos uma crítica brutal sobre essa questão da dívida do Estado com a União, que, desde o Governo Britto, massacra os cofres do Estado do Rio Grande do Sul e é dinheiro que nunca foi auditado, é uma dívida que nunca foi auditada e que não retorna para a segurança, saúde, educação, muito embora eu ache que sim, que o Município tem que se responsabilizar mais com a questão de segurança como o Governo Federal.

Agora, a minha dúvida em relação a esta questão do plebiscito é no que diz respeito ao conjunto da concepção de segurança pública. Eu tenho postado e discutido em todos os lugares a necessidade de iluminar, de aumentar o efetivo, de fazer o cercamento eletrônico, e, da forma como está proposto – por isso as emendas qualificam o debate –,

não aparecem alternativas para a população, é terra arrasada por um lado, ou uma alternativa que cerceia a população. Eu acho que as emendas qualificam no sentido de permitir a discussão global do problema da segurança e da necessidade de garantir o aumento do uso intensivo do parque. Eu aproveitei o seu pronunciamento. O senhor começou por isso, justamente, e concludo, porque nós precisamos mostrar uma alternativa concreta, e isso tem a ver com o Governo se responsabilizar com a questão da segurança. O Município tem que investir, por exemplo, em concurso para os Guardas Municipais, que poderiam estar fazendo um belo trabalho no parque. Em função da falta de efetivo, não se tem perna; então precisa ter concurso público, mas também precisa o Fortunati cumprir a sua promessa de campanha e fazer o cercamento eletrônico da Redenção.

O SR. CARLOS CASARTELLI: Só para concluir, a Ver.^a Fernanda tem toda a razão, mas eu tenho certeza de que o plebiscito vai enriquecer esse debate – e vai tratar até de outros que não gostaríamos –, e acredito que a população de Porto Alegre tem o direito de, ao fim e ao cabo, decidir ou não pelo cercamento.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Esta sua colocação é fundamental e pedagógica à participação do povo. Cumprimento V. Exa. por isso. Obrigado.

O SR. CARLOS CASARTELLI: Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo a Emenda nº 14, de autoria do Ver. Professor Garcia, ao PLL nº 170/13.
Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 170/13. (Pausa.)

O Sr. Reginaldo Pujol: Existem várias emendas, muitas das quais foram apresentadas, inclusive, no dia de hoje. Eu acho que convinha suspendermos a Sessão por dois, três minutos e ser distribuído um rol das emendas que permanecem, das que foram destacadas e das que não foram destacadas, porque, honestamente, a cópia das

emendas foi distribuída em outro dia e não no dia de hoje. É um material de que nós não dispomos agora, e não sei o que permanece e o que não permanece.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Ver. Pujol, hoje foi apregoada a Emenda nº 14 somente. O que eu posso fazer, até pela sua colocação, é ler cada emenda que formos votando.

O Sr. Reginaldo Pujol: V. Exa. começa pela votação da Emenda nº 02, destacada. A Emenda nº 01 não foi destacada?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Emenda nº 01 foi retirada. As Emendas nºs 02, 03, 05, 06, 07, 10, 11 e 12 ao PLL nº 170/13 foram destacadas. Não foram destacadas as Emendas nºs 13 e 14 ao PLL nº 170/13. As Emenda nºs 01, 04 e 08, as Subemendas nºs 01 e 02 à Emenda nº 04 e a Emenda nº 09 ao PLL nº 170/13 foram retiradas de tramitação. Solicito à Diretoria Legislativa que providencie distribuição da orientação de votação aos Vereadores.

O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 170/13, como autor.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: O nosso Presidente leu a redação da emenda: dentre as perguntas à população deverá constar a opção do cercamento virtual por meio de câmeras de vigilância, monitoradas pelo Poder Público municipal. Alguns Vereadores já se manifestaram dizendo que já tem. Bom, aí vem uma concepção da liberdade individual. Quer dizer, estar uma câmera de monitoramento num espaço público deveria ter sido fruto de uma discussão prévia, porque há ali, sim, um cerceamento da liberdade. Pois bem, nós estamos aqui com esta emenda fazendo aquilo que a Ver.^a Fernanda comentou aqui no microfone de apartes. Já iniciaremos e vejam que não é uma emenda de plenário – com todo o respeito às emendas de plenário –; são emendas regimentais e contribuem para aperfeiçoar as proposições. Nossa emenda é de outubro de 2014 e passou pelas comissões, não houve óbice na CCJ, e aí seguiu. Nós entenderemos a disposição do próprio autor, Ver. Nereu, se concorda em que haja uma riqueza, que o cidadão seja consultado da forma mais integral possível; ou seja, não a pergunta simples, direcionada

se quer cercamento ou se não quer cercamento. Não há só um tipo de cercamento, não fui eu que inventei a expressão “cercamento eletrônico”, que, aliás, funciona em muitos lugares, em muitos parques e praças pelo mundo afora. A emenda serve muito para isso. Dizer que já existem, em 2,5 quilômetros, sete câmeras que sequer funcionam, ao que nós sabemos não é cercamento, e mesmo que fosse, por que não ser objeto de uma pergunta, se o cidadão quer essa opção? Veja, estamos falando aqui em democracia, da necessidade de consultar diretamente a população, e a minha primeira intervenção foi sobre o projeto de lei da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que prevê uma sistemática consulta à população, anual, com cinco grandes temas a serem decididos pela Câmara de Vereadores – projeto já protocolado pela Bancada do Partido dos Trabalhadores; ou seja, apostar na democracia direta.

Então, aqui nós estamos tentando enriquecer, porque ficar a pergunta, tão somente, se quer cercamento ou não, sem dar a opção ao cidadão de que há outros tipos de cercamento, não apenas o físico, já será uma sinalização, principalmente do autor do projeto, Ver. Nereu, se ele realmente está disposto a fazer uma consulta qualificada à população. Não estou dizendo que tenha que concordar com todas as emendas, mas esta está coerente porque coloca simplesmente uma riqueza a mais na pergunta, de uma possibilidade que existe, concreta, e numa pequena medida já feita, infelizmente sem uma consulta maior - e eu não acredito que tenha havido algum debate, seja no Parlamento, alguma audiência pública para perguntar à população sobre o cercamento eletrônico; ou seja, simplesmente as câmeras foram ali instaladas. Aí já revela um pouco a forma de pensar de que é, sim, possível colocar uma câmera de videomonitoramento num espaço público, é diferente de uma entrada de um banco, que é uma área privada, tem a questão do trânsito de valores; não, ali estamos falando de uma área pública, um espaço público aberto em que simplesmente a Prefeitura coloque lá uma câmera de vigilância, já aí há uma restrição dos direitos e das liberdades individuais.

Que bom que esta Emenda vem do ano passado, foi pensada antes de ser colocada aqui, não foi por impulso, não estou dizendo que as emendas do plenário são por impulso, mas mostra uma disposição, vai mostrar, na votação, a disposição da bancada governista em abrir mais a pergunta e torná-la mais qualificada, isso, obviamente, se refletirá no mérito da discussão do projeto em si e na nossa votação. Se não houver essa possibilidade de abrir e tornar uma consulta mais qualificada, o que é totalmente razoável, temos dúvida,

estamos formando opinião em relação ao mérito do projeto, da aprovação ou não pelo nosso voto.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 170/13.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu venho aqui, em nome da Bancada do PSOL; o Ver. Alex Fraga também vai discutir as próximas emendas, e eu começo com esta, Ver. Marcelo Sgarbossa, que eu acho muito importante. Acho muito importante a sua emenda, porque nós estamos discutindo, na verdade, a questão dos méritos do cercamento, o que, na nossa opinião, significa cerceamento de espaços públicos; ao mesmo tempo, estamos discutindo no “ministério do ar”. Toda a vez que os defensores do cercamento o defendem, não apresentam dados concretos, Ver. Kevin Krieger, e aí estamos fazendo um debate global, de como tem aparecido na sociedade. O Ver. Professor Garcia, hoje, fez um brilhante pronunciamento sobre outros parques, inclusive cercados. Mas o Parque Ibirapuera tem uma parte cercada; o Central Park, uma parte; na Europa, muitos parques são cercados porque eram parques Reais, construídos durante a monarquia para o privilégio dos nobres. Houve uma revolução para tornar esses parques públicos, e aí se mantiveram as características arquitetônicas; os novos não são cercados...

(Aparte antirregimental.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Exatamente, para os nobres caçarem terem lazer, etc. Eu acho que o debate está muito no “ministério do ar”, faltam dados concretos. E a emenda do Ver. Marcelo Sgarbossa é muito concreta. E o cercamento eletrônico que foi a promessa do Fortunati em 2012? Nós estamos em 2015 e não saiu do papel! São 20 câmeras de segurança para um parque do tamanho da Redenção. É pouca iluminação! Algum Vereador antes de mim falou na questão da iluminação, que tinha altos custos - e sei que o Ver. Professor Garcia também conhece essa matéria da iluminação -, falou que não era possível por causa da preservação ambiental. Não é verdade, Ver. Prof. Alex, existem lâmpadas específicas para a preservação ambiental. E aí entra a questão dos

investimentos - a Prefeitura não investe. Então fazer a pergunta: cercar, sim ou não, sem apresentar para a população uma alternativa concreta. Nós queremos debater o problema da segurança como vimos debatendo. Concordamos que o Governo Federal tem que entrar no debate, não há dúvidas, aliás, debate de um novo modelo de segurança, como sempre debatemos, Alberto, na nossa Comissão: um novo modelo de segurança, círculo completo, de entrada única, um novo modelo. A PEC nº 51 ajuda no início de uma discussão global sobre o modelo de segurança, mas o Governo Municipal não pode mais se desresponsabilizar do problema de segurança, e aí apresentar uma alternativa que, na nossa opinião, é fajuta, porque muro prejudica a visualização. Os urbanistas são claros: onde as áreas são cercadas é mais inseguro para a população. Inclusive vieram dados, hoje, trazidos pelo Ver. Professor Garcia, de áreas cercadas onde houve crimes violentos. O que garante a segurança são políticas públicas de segurança: iluminação, uso intensivo do parque, limpeza urbana do parque - uma das reclamações permanentes dos usuários da Redenção. Que o Governador Sartori cumpra o que está previsto, que é chamar os concursados. O Governo Sartori está acabando com o dinheiro de gasolina para viatura e querem cercar... Eu não posso... Essa é a política dos defensores do cercamento do Parque da Redenção. E mais, há interesses no cercamento: tem gente que defende Parceria Público-Privada. Querem privatizar o Parque da Redenção! Então, acho que a Emenda do Ver. Marcelo devolve um tema fundamental, vamos discutir a política de conjunto: a população prefere o cercamento eletrônico, mais policiamento, mais iluminação, ou o cercamento físico da Redenção? Vamos apresentar as alternativas para ser um plebiscito democrático. Nós do PSOL achamos que para isso é importante, sim, incluir perguntas que coloquem alternativas concretas, que são possíveis de serem feitas. Mas aí os governos não fazem e botam o bode na sala. Os governos não fazem! O cercamento eletrônico, Ver. Prof. Alex Fraga, desde 2012, o Fortunati prometeu. Nós estamos em 2015 e não tem o cercamento eletrônico do parque. Então, nós achamos que o plebiscito tem que ser um plebiscito global. Poderia, Ver.^a Sofia, perguntar o contrário: “Vamos acabar com a privatização dos espaços públicos e devolver os espaços para a população?”

Eu acho que é importante discutir globalmente a questão da Redenção, da segurança pública e da política para os espaços públicos da Cidade.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 170/13.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu só vou fazer uma justiça aqui, Ver. Kevin Krieger, para que o Ver. Sgarbossa depois não diga que a Prefeitura copiou dele. Se ele puder ouvir, os outros Vereadores vão ouvir. A Secretaria Municipal de Segurança encaminhou solicitação de financiamento ao Badesul no valor de R\$ 1,7 milhão, sendo R\$ 1.287.460,00 - Parque da Redenção, e R\$ 351.987,00; já foram feitos todos os trâmites que competiam à Prefeitura. Para ser enquadrado nas exigências que o processo exige, inclusive aprovado pela Câmara de Vereadores, o processo já foi analisado pelo Badesul, submetido às instâncias do Tesouro Nacional, aguardando somente uma certidão do Cadin estadual para encaminharmos a assinatura do convênio, o que deverá ser feito durante o mês de maio ou junho. A Procempa já efetivou o registro de preços das câmaras. Acreditamos que, até o final de novembro, devemos ter o processo finalizado. O convênio Badesul/Prefeitura Municipal contempla mais 21 câmaras.

(Aparte antirregimental, com assentimento do orador.)

O Sr. Marcelo Sgarbossa: Vou me manifestar para lhe ajudar, já que o senhor está fazendo uma argumentação. A emenda não invalida nada disso. Ela, simplesmente, qualifica a pergunta, dando uma outra possibilidade. Se estiver sendo feito, se tem projeto, é outra coisa. Ela só qualifica a pergunta, então não vejo uma contradição na pergunta, na emenda, mesmo.

O SR. IDENIR CECCHIM: Não, realmente não há uma contradição. O que existe, Vereador, é aquela atitude do anu, que bota ovo no ninho dos outros, porque V. Exa. é o campeão aqui, nesta Casa, de pegar uma boa carona. Eu não chamei o Vereador de anu, eu disse que era a atitude do anu de colocar ovo no ninho dos outros. Então, V. Exa. é campeão nessa atitude, eu acho que isso é inteligente da sua parte, mas é só para não ficar uma dívida que o Prefeito não tem. Só para não ter uma dívida que não há! Nós já

providenciamos tudo isso; a Prefeitura providenciou. O Badesul só não liberou antes, porque o Governo não estava muito a fim de que a Prefeitura fizesse, mas agora vai liberar. O Badesul, ao invés de emprestar dinheiro para a Prefeitura cercar eletronicamente a Redenção, emprestou para a Engesa R\$ 50 milhões, e não R\$ 3 milhões para a Prefeitura, que não vai receber da Engesa, que era para fabricar plataformas.

Então, nós estamos assim, Ver. Nereu D'Avila, o que tem que ser feito de imediato a Prefeitura vai fazer. Uma coisa não invalida a outra. Que bom que se tenha muitas câmeras, se for cercado, tudo bem, se não for cercado, se a população opinar que não há necessidade, que não seja, mas a população terá o direito de votar. E essas emendas que me parecem oportunistas, eu quero dizer que vou votar contra. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 170/13.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, concretamente, nós estamos iniciando a votação desse projeto do Ver. Nereu D'Avila, que data de 15 de maio de 2013; por conseguinte vão fechar, dentro em breve, dois anos. Esse projeto, quando encaminhado, mereceu o apoio de dois terços dos Vereadores da Câmara Municipal de Porto Alegre para a realização do consulta plebiscitária, com base no art. 49 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. Posteriormente, estava estabelecido que ficava convocada a consulta à população, mediante plebiscito a respeito de cercamento do Parque Farroupilha, Parque da Redenção, junto com as eleições do ano de 2014, conforme o disposto no art. 20-A da Lei Complementar nº 12 de 7 de março de 1975.

Com base nos estudos que realizamos, ainda na Comissão de Constituição e Justiça, desde logo, ficou evidenciado que se precisava ter um contato com a Justiça Eleitoral para verificar da possibilidade da realização na data que havia solicitado. Foi demonstrado que seria inviável em face que a eleição de 2014, como todos nós sabemos, era uma eleição de caráter nacional, se votaria para Presidente da República, para Senador, para Governador do Estado, para Deputado Federal, para Deputado Estadual,

então seria mais um voto que teria que ser dado, mais uma matéria a ser enfrentada. Houve um desaconselhamento por parte Justiça Eleitoral para que não ocorresse isso. Alterou-se, e, finalmente, já com essa alteração, nós ainda na Comissão de Constituição e Justiça, como Relator, sustentamos que a tramitação poderia incorrer tranquilamente. Nesse meio-tempo, ajustou-se, inclusive, o projeto com uma nova redação, porque a redação originária falava em 2014, e, evidentemente, essa data passava a ser flexibilizada em função do que havia sido decidido. Desde o ano passado, nós temos essa matéria, lá na Comissão de Justiça, resolvida.

Então, eu quero deixar claro que há inúmeras emendas que extrapolam por inteiro o objetivo da proposta do Ver. Nereu D'Avila, que é exclusivamente cumprir o mandamento da Lei Orgânica do Município de obter da Câmara autorização para que, satisfeito o requisito necessário, se instale essa consulta plebiscitária, que, segundo o autor hoje é matéria pacífica. Deverá ser organizado pelo Tribunal Regional Eleitoral, inclusive, às suas custas, por decisão do Tribunal Superior Eleitoral.

Sr. Presidente, eu estou vindo à tribuna para dizer que eu estou absolutamente convencido de que nós precisamos simplificar esse processo e não complicá-lo. A Emenda nº 14, do Ver. Professor Garcia, é muito simples e objetiva: a consulta será se é a favor ou é contrário que se cerque o Parque Farroupilha. O tipo da cerca é outro detalhe, que depois vai ser resolvido. Por eu ser favorável a essa emenda, eu, obviamente, tenho que ser contrário a esta que está sendo proposta aqui. Aliás, Ver. Nereu, serei contrário a todas as emendas, até à Emenda nº 14, que volta ao que V. Exa. queria, ou seja, simplesmente oportunizar um debate com toda a Cidade e ouvir da Cidade se é a favor ou é contra que o cercamento seja realizado. A forma, se a cerca vai ter dez metros de altura, se vai ser o Muro de Berlim ou não vai ser, isso é outro problema. Vamos ver, durante o debate, o que é que se encaminha. Por enquanto, temos que terminar com essa novelinha, que já está longa. Isso aqui, Ver. Tarciso... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Faça-se a consulta popular, e o povo, na sua soberania, como estabelece o plebiscito dirá "sim" ou "não", deve ser cercado ou não deve ser cercado. Ponto final! Sabem qual é a minha posição? É aquela que o povo decidir. Ponto final!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 170/13.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; vou aproveitar este momento... Ver. Tarciso, V. Exa., que está conversando com o Secretário Tonetto. Quero cumprimentá-lo, Secretário, pelo belo trabalho que vem desenvolvendo junto à Secretaria da Fazenda. Eu já lhe disse isso pessoalmente e quero dizer em público: tenho muita admiração pelo seu trabalho e o trabalho de sua equipe.

Presidente, aqui nós temos várias emendas destacadas e as emendas não destacadas, isso quer dizer, evidentemente, para quem está nos acompanhando, que as destacadas poderão ser defendidas, e as não destacadas não poderão ser defendidas ou criticadas. Mas não é o caso, aqui, de crítica.

Mas quero aproveitar, também - temos dois ou três professores aqui -, que o Professor Garcia colocou uma emenda que diz que o Tribunal Regional Eleitoral terá que fazer a pergunta "sim" ou "não". Eu cumprimento o Ver. Garcia, mas acho que a sua emenda está sobrando, mas gostaria que V. Exa., como autor, nos dissesse da importância dela. É uma emenda metodológica.

Vereador Garcia, se o Tribunal Regional Eleitoral precisa dessa orientação, de fazer a pergunta "sim" ou "não", aí nós vamos estar perdidos realmente.

Eu tenho a impressão de que é um capricho, mas eu vou votar favoravelmente.

Sinceramente, não vejo motivo para a sua emenda, porque é óbvio que a pergunta do Tribunal Regional Eleitoral vai ser "sim" ou "não" ao cercamento do parque. Não tem outra explicação.

E no Projeto em si, que não me ative, V. Exa. cita que a sua emenda é agregadora. Eu tenho a impressão de que isso já está, de uma forma ou de outra, ali estabelecida, porque tratar de plebiscito e não estabelecer a pergunta que será feita, não teria sentido. De qualquer sorte, respeito o seu modo de enxergar e, por isso, propôs essa emenda.

Eu vejo, acima de tudo, ainda que as emendas venham com o objetivo de agregar ou retirar algumas condições ali estabelecidas no projeto, nós precisamos frisar, porque boa parte de quem está divulgando este projeto, boa parte da mídia, insiste com a ideia de que nós estamos aprovando o cercamento do parque. Não é verdade! Ver. Nereu eu

quero cumprimentá-lo mais uma vez, pois esse seu projeto, acima de tudo, é pedagógico, porque o povo está recebendo oportunidade de opinar, “sim” ou “não”. Evidentemente, eu imagino, Ver. Nereu, que V. Exa., ainda muito próximo do período em que o povo vai opinar, vai de repente colaborar no sentido de sugerir algumas possibilidades, alguns projetos arquitetônicos, porque nós não podemos ter... E eu longe de pensar que possa alguém querer colocar uma grade ali, uma coisa simplória, eu acho que se nós aprovarmos esta possibilidade de consulta popular, que esta Casa – especialmente, V. Exa. que é o autor do projeto – faça um esforço para levar sugestões, porque nós buscamos – todos nós aqui, independente de ser a favor ou ser contra – uma melhoria no parque, não há dúvida disso. E eu também quero, antes de finalizar, dizer que, vendo os anos passarem, os governos serem substituídos e sem uma solução para o parque, é nesse sentido que me leva, Vereador e ex-Prefeito Villela, a me convencer de que o fechamento pode ser algo que venha a colaborar com a segurança. E é por esse sentido que eu vou votar favoravelmente ao projeto. E quando da consulta popular, também votarei favoravelmente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 170/13.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Venho aqui debater a Emenda do meu colega Marcelo Sgarbossa, sobre o cercamento eletrônico, porque a grande preocupação dele, Ver. Cecchim – o senhor que trouxe um argumento bom, concreto, importante –, é de que a Prefeitura está prestes a instalar as câmeras, mas a grande preocupação entre outras do meu colega, é porque a Prefeitura canta, canta, canta, esse projeto, mas não o instala nunca. Aliás, é meio comum aqui na Cidade, fecham os canteiros de obra, e a obra vai sair em cinco, seis anos depois. Esse projeto do Cercamento Eletrônico, a Prefeitura anuncia desde 2011, eu não sei o que houve na Administração anterior, na Secretaria de Segurança, que parece que não escreveram no sistema, perderam o prazo, perderam o dinheiro. A mim, parece que é o mesmo que aconteceu lá com aquela Praça da Juventude, na Vila Bom Jesus; parece que é o mesmo que aconteceu com as duas casas dos Conselhos Tutelares, quando o Governo Federal disponibilizou R\$ 1 milhão para

cada uma, e a Prefeitura sequer fez o cadastramento dessas casas para receber o dinheiro para as casas dos Conselhos Tutelares. Então, me parece que a preocupação do colega é ajudar a Prefeitura para que esse projeto finalmente saia do papel, porque precisou entrar o Governador Tarso Genro, na gestão anterior, e dar o dinheiro para o Prefeito Fortunati, que, aliás, tem esse problema de mal-agradecimento por tudo o que a Presidente Dilma consegue de recursos para a Cidade, por tudo o que o Governador Tarso conseguiu. Inclusive, agora, o próprio Ver. Cecchim teve que reconhecer que quem viabilizou o projeto das câmeras foi o Badesul, na gestão do Governador Tarso.

Espero que, agora, a Prefeitura pare de perder os prazos. Conseguiram fazer uma obra aqui sem saber que tinha uma pedra no meio do caminho; mas, na Av. Ceará, está fechado há três anos e não sabem nem o que vão fazer lá. Então a preocupação do Ver. Marcelo é que a Prefeitura faça, de uma vez, o tal cercamento eletrônico, porque cacareja, cacareja – o senhor falou em aves, não é? –, mas não bota o ovo. Tomara que bote logo esse ovo do cercamento eletrônico, porque faz mais de quatro anos que a Prefeitura promete. A cada eleição, vem a Prefeitura, faz a promessa do cercamento eletrônico, e nada! Vamos ver se, agora, com a ajuda do Governador Tarso, sai. Eu repito: para mim, esse projeto – mantendo a ideia das aves –, está que nem o quero-quero, que fica cantando para um lado para desviar o olhar do problema do outro, Ver. Cecchim. Para mim, está muito “quero-quero” isso aí, ficam gritando, gritando, falando sobre o cercamento do parque, para não falar sobre a segurança pública da Cidade. O Sr. Prefeito, reiteradamente, diz que não tem nada a ver com esse problema da violência na Cidade; que o fato de morrerem 550 jovens na Cidade não é problema dele. Ele fala isso, reiteradamente. Tem o menor orçamento do Município a Secretaria Municipal de Segurança Pública. Então me parece que a gente tem que parar de jogar essa cortina de fumaça do cercamento e falar qual é o projeto da Prefeitura para reduzir a violência, por que em 12 anos a atual administração lava as mãos sobre esse assunto. Perdeu quase todas as verbas que o Governo Federal disponibilizou para os projetos. Então, é muito triste que isso aconteça. Essa emenda do Ver. Sgarbossa veio para ajudar a Prefeitura, para que pare de cacarejar o cercamento eletrônico. Agora que o Governador Tarso deu o dinheiro, que realmente faça, já que perderam a verba do Governo Federal, como infelizmente tem sido hábito na Secretaria de Segurança – não sei o que há lá ou o que havia –, pois os projetos só ficam na história, mas não saem do papel. Peço que os

colegas avaliem essa emenda, que vai ajudar a Prefeitura... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 170/13.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Sr. Presidente, senhoras e senhores que nos assistem aqui e pela TVCâmara, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, com relação à emenda proposta pelo Ver. Marcelo Sgarbossa, acredito que a tecnologia deve nos servir. Nós, sempre que possível, podemos recorrer aos recursos tecnológicos para aprimorar os serviços à população. Eu estava conversando com o Ver. Kevin Krieger, há uma proposta da Prefeitura de instalação de mais 21 câmeras de vídeomonitoramento no parque da Redenção. Isso é fantástico! Creio que tende a aumentar a segurança e a coibir os atos criminosos. A ideia do Marcelo Sgarbossa é boa, porque, se o Governo demorar, como tem demonstrado pelos seus atos, pela presença de tantas obras incompletas na nossa Cidade, o povo, pela emenda do Ver. Marcelo Sgarbossa, ratificaria a posição, justamente para que a Prefeitura terminasse essas obras. O acordo do Governo, ou pelo menos a palavra, é de que, até o final do ano, essas 21 câmeras estarão em pleno funcionamento. Estarão instaladas. Muito bem. Porém outras discussões já vieram à Câmara, numa palavra que foi firmada pelo Prefeito José Fortunati em 2012, com relação ao Museu das Águas, que sequer está previsto, o local não identificado. Então, essa emenda vem, justamente, em consonância de estabelecer se é realmente da vontade popular a presença dessas câmeras ou a possibilidade de um cercamento eletrônico com relação ao cercamento físico.

Eu e a Ver.^a Fernanda Melchionna, da Bancada do PSOL, já nos posicionamos favoravelmente a toda e qualquer consulta popular, porque ela é um instrumento democrático. É um instrumento para ouvir a voz do povo sobre determinados assuntos. E nós nos posicionamos contra o cercamento e não vamos arredar pé dessa posição. Teremos o prazer de levantar nossas bandeiras e a nossa voz para evitar o fechamento do Parque da Redenção e de qualquer outro parque da cidade de Porto Alegre, porque os parques são públicos e devem continuar sendo – devem continuar sendo. Essa é a nossa

posição. Teremos o maior prazer de, no ano que vem, quando houver plebiscito, derrotar nas urnas o pensamento retrógrado do Ver. Nereu D'Avila. Teremos o maior prazer, a maior satisfação em derrubar a ideia do Ver. Nereu.

Agora, com relação à utilização de recursos tecnológicos, a Ver.^a Fernanda fez um comentário bastante pertinente. Eu sou biólogo, e meus colegas defendem que o aumento da iluminação em espaços naturais interfere no fotoperiodismo das plantas, ameaçando sua época de floração, sua produção de frutos, e também no ritmo biológico dos animais que vivem ali – os pássaros, os insetos. Realmente isso acontece. Agora, podemos buscar alternativas de maior eficiência de iluminação pública: lâmpadas que emitem luz verde não interferem no fotoperiodismo. Portanto, acender lâmpadas verdes perto de árvores, para a árvore é como se estivesse escuro, ela não absorve a radiação luminosa no espectro verde, ela reflete, por isso nós enxergamos as folhas das árvores verdes. Então, há alternativas. Agora, falta vontade do Poder Público em buscá-las. Muitas pessoas têm conhecimento técnico. E essa discussão e outras muitas discussões, que são importantes e não são feitas, deveriam estar na boca de nós Vereadores. Essa é uma proposta esdrúxula, mas, como é plebiscito e é para consulta da vontade popular, nós somos favoráveis. Vamos votar favoravelmente à emenda do Ver. Marcelo Sgarbossa. Uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Nereu D'Avila, a Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 170/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 07 votos **SIM**; 23 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLL nº 170/13. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLL nº 170/13, como autor.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, meus colegas Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores que nos assistem, prezado Ver. Nereu D'Avila, quando apresentamos essa emenda buscamos a concordância do autor, o qual nos deu a concordância de buscar aprovação dessa emenda.

Prezado Ver. Kevin Krieger, que assumiu a liderança do Governo, a grande alegação do projeto apresentado é pela insegurança dos parques e, mais precisamente, do Parque Farroupilha. Por que tem insegurança no Parque Farroupilha? E por que tem insegurança nos parques? Porque há uma insegurança generalizada na Cidade de Porto Alegre, nos meios urbanos há uma insegurança. Então, eu já defendi, há muito tempo aqui, inclusive, quando derrotamos a proposta do então Vereador Ibsen Pinheiro; eu defendi e continuo defendendo a tese de que cercamento é igual a cerceamento. Bom, a palavra, por si só, já está dizendo, mas há uma Secretaria Municipal de Segurança, que nós aprovamos aqui nesta Casa – o Ver. Nereu foi Secretário Municipal de Segurança –, e acredito que um dos pressupostos dessa Secretaria é coordenar, no Município de Porto Alegre, um programa de segurança para os parques e praças.

Podemos ir hoje à noite lá no Parque Farroupilha. O Gil, que representa aqui o Gabinete do Sebastião Melo, pode convidar todos os Vereadores para contar quantas lâmpadas apagadas há no Parque Farroupilha. São inúmeras.

Há poucos dias, o Prefeito anunciou um programa de iluminação dos parques e ainda disse que não poderia ser no Parque Farroupilha, por um conjunto de razões que não domino agora, mas um dos problemas da insegurança é a falta de equipamentos, entre eles os de iluminação, prezado Villela.

Esta emenda vem ao encontro do debate. Propomos que a Secretaria Municipal de Segurança, que o nosso colega Ver. José Freitas dirige neste momento, possa apresentar em 120 dias, em quatro meses, portanto, qual o programa municipal de segurança para as praças e parques. Isso passa por uma política de convivência, por uma política de infraestrutura nos equipamentos que já existem, pela iluminação pública, por sintonizar as equipes de segurança do Município, do Estado e da União, pela questão da assistência social, que é dirigida hoje na FASC e que abriga muitos moradores de rua na praça, na Redenção.

Então, se a insegurança, Ver. Paulo Brum e Ver. Casartelli, existe na cidade de Porto Alegre, não é cercando, não é criando uma ilha de segurança que vamos resolver o problema da segurança na cidade de Porto Alegre.

Esta emenda é uma emenda com a qual esta Casa pode propor este debate, que pode dar a oportunidade de receber, daqui a quatro meses, Ver. Manfro, um programa que a Secretaria Municipal de Segurança estará apresentando para o Município de Porto

Alegre. Afinal de contas, eu quero lembrar aqui, aos colegas Vereadores, Sr. Presidente, quando o Prefeito propôs criar essa Secretaria, eu vim a esta tribuna e disse: “Votaremos favoravelmente, mas queremos ver quais são as políticas.” Até hoje não chegaram, aqui na Câmara, essas políticas, nem na Cidade. Então que a Secretaria apresente um programa municipal de segurança para praças e parques é muito importante... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)...Então, nós, aqui, aprovamos o que é quase uma proposta indicativa para a Secretaria Municipal, e não deveríamos nem estar sugerindo isso, pois apresentar um programa para as praças e parques é, na livre capacidade e disponibilidade da Secretaria, verificar todos os seus potenciais, inclusive poder captar esse recurso que o Ver. Cecchim disse que existe hoje à disposição, inclusive para Porto Alegre, que não é captado. Então, a nossa proposta aqui é criar um programa municipal de segurança para as praças e parque do Município de Porto Alegre, iniciando pelo Parque Farroupilha. Uma tarefa simples para a Secretaria Municipal de Segurança do Município de Porto Alegre... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLL nº 170/13.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Esta é a minha primeira fala, Vereadores e Vereadoras, estou recém aquecendo. Eu, sinceramente, acho que a gente gostaria de acreditar que há uma intenção verdadeira de consultar a população de Porto Alegre, mas, infelizmente, há a retirada da Emenda do Ver. Janta sobre os parques, com o arredondamento da posição, já na primeira emenda importantíssima em que o Ver. Marcelo Sgarbossa propunha que a população pudesse dizer se escolhia o cercamento eletrônico, o monitoramento, em vez do físico. Por quê? Porque isso é moderno, isso é mais barato, isso é mais seguro, porque o próprio cercamento já traz a segurança. Mas, não! Parece que o conjunto dos Vereadores resolveu se submeter ao capricho do Ver. Nereu, que quer cercar o Parque da Redenção. Uma determinação: o Vereador inventou a demanda, porque a demanda não estava em lugar nenhum na cidade de Porto Alegre. Ao contrário, as pessoas

perguntam por que a Redenção, por que essa invenção, se os Vereadores não têm mais nada o que fazer. Há horas há demandas para que se troquem lâmpadas, para que ponham segurança. As pessoas adoram o Parque da Redenção, o Parque da Redenção é composto na sua relação com as vias, porque a Av. José Bonifácio é parte da Redenção. As pessoas entram e saem nela, ela é fechada, ela compõe o parque. Onde vocês vão botar a cerca, do lado de cá ou do lado de lá da Av. José Bonifácio? Sábado e domingo, ela compõe o parque. É um absurdo inventar essa necessidade – inventar! – e submeter o Prefeito e o Vice-Prefeito a uma encruzilhada dessas, eu sei que são contra. Eu espero que eu esteja certa! Mas eu sei disso, essa é a informação que tem aqui.

Nós não somos contrários a discutir com a população, a fazer plebiscito, nós somos a favor. Então, nós entendemos que tem que qualificar a pergunta, porque não é possível, não é possível que alguém cogite, aqui nesta Casa, fechar a Redenção com as características que ela tem, com a vizinhança que ela tem, com a facilidade de manter segurança que tem em função de onde está. Eu não acredito que esta Casa vai fazer isso e vai resumir, Ver. Kevin, a consulta a um “sim” ou “não”. É muito pequeno, é muito pequeno para uma Câmara de Vereadores da Capital dos gaúchos! É impossível aceitar uma lógica instalada nesta Casa dessa forma! A população de Porto Alegre está assistindo à retaliação toda da orla – depois, vou mostrar aqui como já está sendo cercada –, a população de Porto Alegre não é perguntada sobre o modelinho que o Jaime Lerner veio aqui fazer, para quem o Sr. Prefeito pagou oito ou dez milhões, eu acho que foi isso ou mais. Quando a população veio a esta Casa na audiência pública sobre a orla, que tem a ver com parque, com praça, com meio ambiente, todos subiram a esta tribuna e foram contrários ao projeto contratado pela Prefeitura para modernizar a orla. Se não se pergunta o que a população tem vontade – ela pede para ser ouvida, vem aqui e pede para ser ouvida... Segunda-feira, todos esses que estão votando ali naquele painel atropelaram 18 mil munipários em nome de uma vontade, em nome de uma decisão, em nome de 120 munipários. Então, que falsa democracia é essa que está sendo proposta aqui? Nós queremos ver uma democracia verdadeira, uma posição dos Vereadores que inclua questões, que inclua, de fato, um debate sobre a Cidade e não direcione uma PPP, uma privatização da nossa querida Redenção - é inaceitável um tratamento desses! E quando o Ver. Engº Comassetto propõe - e é isso que a Cidade demanda - um programa de segurança, de cuidado, de ocupação qualificada dos parques

e praças desta Cidade. A SME foi transformada numa Secretaria quase nada, um pequeno departamento: não tem mais professor nas praças e parques, não tem orçamento, vamos fazer isso, vamos tratar... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O Sr. Idenir Cecchim: Sr. Presidente, não entendi. A Ver.^a Sofia não quer mais ouvir a população de Porto Alegre, pelo jeito. Fiquei preocupado. Só quando interessa a ela.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Feito o registro. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLL nº 170/13.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, subo para me posicionar quanto à emenda ao projeto, proposta pelo Ver. Engº Comassetto. Uma proposta que pode, agregada ao projeto do Ver. Nereu D'Avila, qualificar um pouco, porque, na minha modesta opinião, é uma proposta também bastante pobre de consulta popular, como bem destacou a Ver.^a Sofia. Eu sei que, conversando com a Ver.^a Séfora, ela também acredita que este é um tema pobre para a Cidade, que não vai resolver a questão da segurança pública. Mas a emenda do Ver. Engº Comassetto traz uma alternativa para engrandecer essa proposta: em 120 dias, o Secretário Municipal de Segurança pode se posicionar e traçar alternativas ou propostas para melhorarem as condições ou, pelo menos, repensar a estratégia de segurança nos nossos parques e praças. É uma boa proposta, uma boa emenda; uma das melhores, diga-se de passagem. Agora, eu gostaria de questionar também, com relação ao projeto em si, a mudança de opinião com relação às pessoas. O Ver. Nereu, quando encaminhou o seu projeto, falou que uma pessoa – não me lembro o nome – mudou de ideia, que era contra o cercamento, e, nas palavras do Ver. Nereu D'Avila, do jeito que está, era a favor do cercamento. Essa pessoa não mudou a sua opinião, e, no momento em que ela ratifica que do jeito que está é a favor o cercamento, ela se posiciona contrária à gestão da segurança na nossa Cidade. Isso é uma crítica aberta à gestão da segurança, ao modelo de segurança pública que nós temos incutido dentro da Prefeitura Municipal da nossa

Cidade; essa pessoa não é favorável do jeito que está. Ou seja, de acordo com a gestão que temos, José Fortunati/Sebastião Melo, a única alternativa é a pior de todas. O discurso que o Ver. Nereu trouxe, no seu encaminhamento, eu acho que desfavoreceu o Governo que ele defende, porque diz que é um fracasso a administração pública da nossa Cidade com relação à segurança dos parques e praças. Boa tarde, posiciono-me favoravelmente à Emenda nº 03, proposta pelo Ver. Engº Comassetto, que tende, minimamente, a qualificar este debate.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLL nº 170/13.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu não podia me furtar de vir falar aqui, porque acho que esta Casa não está se curvando a um capricho do Ver. Nereu D'Avila, esta Casa está se curvando à democracia. Nós temos a proposta de um plebiscito em Porto Alegre, eu tenho uma proposta de um plebiscito para discutir as isenções do transporte coletivo de Porto Alegre, e hoje protocolei um projeto de plebiscito para cercar outros parques em Porto Alegre. Esta semana eu falei aqui: pau que bate em Chico, também bate em Francisco! É muito bonito dar discurso aqui, bonito, Ver.^a Sofia; agora, quem privatizou o Parque Nacional de Fernando de Noronha foi o seu Governo, que o entregou para a iniciativa privada. Quem privatizou o Parque de Itaipu foi o seu Governo, que o entregou para a iniciativa privada. Quem está privatizando os lençóis maranhenses é o seu Governo, que quer entregar para a iniciativa privada.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: Nós estamos falando de parques aqui. Vamos nos decidir, tem que iluminar o parque ou não tem que iluminar o parque. Vai ser à luz de velas - falei para o Casartelli -, vai ficar chique o parque, fazer piquenique. Daqui a pouco a iluminação faz mal para as plantas, daqui a pouco tem que ter... Vamos fazer um plebiscito, nós temos que ouvir a população. O povo é soberano desde a Roma Antiga, desde a Grécia, o povo é soberano, o povo é quem decide. Nós estamos aqui apenas discutindo se faz ou não o

plebiscito, como foram feitos os plebiscitos sobre a orla do Guaíba e sobre o plebiscito do desarmamento, e vários outros plebiscitos. Só eu tenho duas propostas de plebiscito aqui nesta Casa. Acho que isso é um direito democrático que tem que se fazer. Agora, o Governo Federal não fez plebiscito para fazer a entrega de Fernando de Noronha para a iniciativa privada. O Governo Federal não fez plebiscito para entregar Itaipu para a iniciativa privada. O Governo Federal não fez plebiscito para entregar os Lençóis Maranhenses para a iniciativa privada. Três parques nacionais que o Governo Federal entregou para uma empresa privada. Hoje, em Fernando de Noronha, a pessoa entra e tem que comprar um passaporte de uma empresa privada. Hoje, em Itaipu, a pessoa entra e tem que comprar um passaporte de uma empresa privada.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sim, senhora, paga passaporte! A senhora foi como convidada do Governo Federal, então, para a Usina de Itaipu. Foi convidada!

(Aparte antirregimental do Ver. Professor Garcia.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: É isso aí, Ver. Garcia, Fernando de Noronha é nossa, não é de uma empresa privada como Itaipu. A senhora deve ter sido convidada por Itaipu para ir, mas se a senhora for ao parque, terá de comprar o tíquete da empresa privada lá dentro, como é em Fernando de Noronha, hoje em dia. Estamos aqui discutindo o plebiscito. Quem vai decidir é a população de Porto Alegre, quem vai decidir é o povo, que decidiu que na Orla do Guaíba não tem que ter edifício. É o povo que decidiu que no Estaleiro não tem que ter edifício, e é o povo que vai decidir se cerca ou não cerca a Redenção, como é o povo que vai decidir outros plebiscitos, propostos nesta Câmara. Então eu acho que é isso, o plebiscito é bem claro e específico: é sim ou não, cerca ou não cerca a Redenção. O resto são questões que esta Casa tem que debater: segurança, iluminação, e o que tem que melhorar no Parque Farroupilha. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLL nº 170/13, pela oposição.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: O Ver. Cláudio Janta levantou aqui um tema importante: o tema das isenções do transporte coletivo. Está aí um grande tema para discutirmos na Cidade.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Também. Está aí um outro grande tema. A Ver.^a Sofia coloca o lucro dos empresários também. O que se quer aqui – e a Bancada do Partido dos Trabalhadores já protocolou o Projeto – é um exercício sistemático e constante para a população poder decidir diretamente. Nós fizemos a sugestão que anualmente cinco grandes temas – poderia entrar esse que o Ver. Janta coloca – seriam discutidos e aprovados pela Câmara Municipal, e disso se faria uma consulta direta à população. É só isso.

Por isso temos outras emendas, que discutiremos na sequência, que tratam desses temas, não só da questão dos parques. Eu quero lembrar o seguinte: acho que é subestimar a inteligência das pessoas dizer que o plebiscito vai ter que ter só sim ou não: é a favor ou contra o cercamento? Sim ou não? Será que não vai ser possível constar na urna - se for a urna do TRE -, partindo do pressuposto que será o formato eletrônico, a pergunta: Você é a favor ou contra o cercamento eletrônico? Sim ou não, ponto!

Eu digo a vocês que tive uma experiência pessoal de participar de plebiscito em outro país, porque tenho dupla cidadania, em que existia uma lista de perguntas. Perguntaram, inclusive, na Itália, se o período de caça tinha que passar do mês “x” para o mês “y”, e dava o dia do mês. Então, vejam, é subestimar a inteligência, já que a pessoa não vai poder se posicionar. Que pergunta complexa é essa, por exemplo, do cercamento eletrônico? Então, acho que, sim, nós podemos enfatizar aqui esta questão de abrir e otimizar as consultas populares.

Falou-se aqui, estamos discutindo a emenda do Ver. Engº Comassetto, que estabelece apresentação de uma política municipal. Temos aqui, teríamos que ter, falas do Ver.

Nereu, a respeito dessa política; foi, inclusive Secretário. Só para dar uma ideia para vocês, talvez muitos não saibam: a Redenção tem apenas três guarda parques. Três! E um está doente diz o Ver. Professor Garcia. Desculpe, eu não tinha lhe escutado, o senhor tinha falado isso. Mas apenas três para 2,5 quilômetros de perímetro, 30 e poucos hectares. Tem três, logicamente os três – um, o Ver. Professor Garcia diz que está doente -, o outro, pode não ser o turno dele, ou seja, não tem ninguém. Está aqui o Jakubaszko do Conselho de Usuários. Então, estamos falando aqui de uma política de segurança, voltada para os parques com três guarda parques, sendo que um está doente. A questão dos turnos, enfim, não vou entrar no mérito de como funciona a escala de trabalho; com três, logicamente, não tem como cuidar. Com três não tem como cuidar!

E, vejam, quando se fala em política, não se quer, necessariamente, levar a ideia fácil que tem que encher de guarda parques, de Guardas Municipais, demandar tudo do Estado. A Serenata Iluminada da Redenção, há alguns dias, demonstrou o quanto as pessoas se preocupam com aquele espaço. Para quem não sabe, um grupo de pessoas defensoras de animais faz ou fazia, pelo menos, uma ronda no parque, à noite, em relação aos gatos da Redenção. Então, vejam, uma política de segurança pode ser, sim, implementada e deve, inclusive, com a ocupação do espaço público, com o convite à cidadania para que ela, inclusive, ajude, ajude, tenha alternativas, se aproprie daquele espaço. Que não seja um lugar que os outros, que a Prefeitura tenha que cuidar. Não é isso, é também isso, mas não só isso.

Então, é uma pena, assim, que está se levando a discussão, como o Governo tem maioria, para dizer que não, que nós vamos discutir só isso. Tem uma emenda, vou verificar se já foi retirada ou não, que diz que os custos dessa consulta serão da Câmara de Vereadores. Quero depois descobrir quem é o autor da emenda, mas isso para mostrar que, se vamos fazer uma consulta de relevância, vamos incluir outros temas. Vamos incluir outros temas.

E, por último, que demanda social? Eu faço a pergunta aqui. A Ver.^a Séfora comentou informalmente. Não fui procurado sobre esse tema! Eu até perguntaria aos Vereadores quais foram procurados, que demanda social existe sobre cercamento ou não físico... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Apenas para concluir. Alguns Vereadores sobem aqui e dizem: “Então, vocês são contra ouvir a população.” Não. Tem que ouvir bem! Mas não

uma resposta ou só “sim” ou “não”, quando há inúmeras outras riquezas de perguntas que podem ser feitas, sim, a exemplo da emenda anterior, como incluir ali o cercamento eletrônico. Poderíamos deixar mais qualificada a pergunta. Então é um argumento falacioso dizer que nós não queremos que a população seja ouvida. Queremos, mas, conforme será feita a pergunta, o cidadão terá, simplesmente, a resposta “sim” ou “não”. Então a pergunta tem que ser bem feita, isso está na lei. A resposta será “sim” ou “não” às perguntas que forem formuladas. Portanto, a pergunta é muito importante. Nós estamos aqui inserindo perguntas que qualificam a consulta. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Emenda nº 03, destacada, ao PLL nº 170/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 7 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 05, destacada, ao PLL nº 170/13. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLL nº 170/13.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu estava tentando encerrar por aqui a votação, porque nós temos Reunião das Conjuntas, e porque há Vereadores que estarão no Programa Conversas Cruzadas ainda hoje. Só para terem noção de como é o nosso ritmo de trabalho, sei que todos têm agenda à noite.

E eu trouxe algumas fotos que eu fiz, porque acho que fui surpreendida, tanto quanto vocês, com o cercamento da área entre os galpões do Cais do Porto até a Usina do Gasômetro. Esse cercamento aconteceu no ano passado, lá por julho, ou junho, e uma área que é belíssima, que é nossa, que é do conjunto da população. Essa área, no nosso Plano Diretor, é Área Especial de Interesse Cultural. O Ver. Nedel sabe porque nós discutimos muito o tema da orla; o Ver. Airto Ferronato também sabe. E o que vemos é a tristeza de que, aos pouquinhos, toda a orla está sendo roubada da população de Porto Alegre. Roubada, subtraída, retirada! Nós sabemos o constrangimento – e aí é sem brincadeiras, e não vale vir dizer aqui que nós somos contra a participação – que produz uma cerca física, a barreira física. Ninguém entra mais nessa área enorme do Cais do

Porto, se não tiver autorização. E a beleza da paisagem, ali, na beira do Cais, é direito inalienável da nossa população.

Eu entendo que a nossa Cidade tem que ser resultado da nossa definição – da maioria da população – de que Cidade queremos. Eu e toda a nossa bancada entendemos que toda a participação direta, toda a mobilização, discussão em torno de grandes definições são muito importantes, porque as pessoas serão mais felizes, a Cidade será mais bonita. A Cidade vai retratar o que nós formos acumulando coletivamente, solidariamente, na contraposição das visões de mundo. Por isso, a minha indignação no encaminhamento anterior. Eu não consigo compreender que esta Casa não seja permeável a um debate mais alargado, uma vez que um Vereador entende que a Redenção deva ser cercada. Nós temos que fazer o debate, com o conjunto da Cidade, sobre o que fazemos e como tratamos as nossas áreas abertas! Porque é óbvio que a insegurança está no Parcão, no Marinha, no Chico Mendes, está nos parques, nas vias, mas temos que permitir o direito à ambiência, o direito à paisagem, o direito a definir o que é bem-estar na Cidade, conviverem juntos. Aliás, esse é o tema do Fronteiras do Pensamento, que foi lançado segunda-feira. Não sei se vocês viram, no jornal Zero Hora, a fala do Presidente do IAB sobre os palestrantes que vêm aí, sobre construir os nossos destinos, construir as nossas cidades, sobre como estarmos juntos na Cidade. Hoje, a gente passa na nossa Av. Mauá, rumo à Câmara de Vereadores, e não temos uma ambiência, não podemos ver o rio. Primeiro, era o muro; agora, já temos um cercamento que não nos permite curtir a grama e nem chegar à beira do Guaíba. Isso é área pública! Daqui a pouco, vamos ter um *shopping* ali, ao lado da Usina do Gasômetro; daqui a pouco, só entramos se pagarmos. O Parque Germânia está bem, está bonito, está lindo. Qual é a discussão que nós fazíamos? Olhem a bicicleta, está fora da área verde, está na calçada, porque está cercada a área que é nossa, gente!

Ver. Dr. Thiago, eu defendo que, se vamos fazer um plebiscito, que façamos. É ótimo que façamos! Vamos discutir os espaços abertos da nossa Cidade; vamos fazer a população pensar sobre eles; vamos dar diretrizes ao Governo sobre como fazer e como tratar da segurança, do bem-estar, da fruição dos espaços. Por isso, estou propondo incluir essas duas novas perguntas, porque há um compromisso, por exemplo, do Inter, que nós firmamos na votação do projeto, aqui, Ver. Mauro, acho que V. Exa. lembra, assim como os outros Vereadores, quando nós discutimos, exaustivamente, o projeto do Inter e do

Grêmio. E, quanto ao do Inter, nós arrancamos o compromisso do acesso à beira do Guaíba, onde estão as quadras de esporte, etc., porque tem área ali já privatizada, como uma churrascaria. A população, em geral, já não chega; são clubes para poucos na beira do Guaíba. Quem acha que isso é justo e certo? Isso é herança de tempos quando não tinha democracia; é herança dos tempos da ditadura militar, dos tempos do patrimonialismo, quando quem era governo não era ungido, democraticamente, e se apropriava privativamente, cedendo aos seus poucos amigos. Isso começou lá nas capitâncias hereditárias. Que bom que nós estamos vivendo a democracia e que nós podemos fazer diferente. Então, eu não entendo por que tem que ser só a Redenção, entendo que temos que fazer um debate de conceito de cidade e, por isso, proponho essas duas questões.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLL nº 170/13.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, em 2009, um dos primeiros projetos polêmicos que tramitou nesta Câmara tratou do tema do Pontal do Estaleiro. Era um projeto absurdo em que uma área que tinha sido comprada com a única possibilidade de construir para comércio e serviços, por um projeto de lei de autoria de Vereadores, automaticamente, passava a poder construir moradias. Bom, um projeto absurdo, por isso, houve uma mobilização gigante da sociedade.

Fiz esse preâmbulo, porque, a partir da mobilização da juventude, o Governo Fogaça, à época, vetou o projeto incluindo um artigo de que haveria uma consulta popular. Nós defendemos que já se fizesse uma consulta popular sobre o conjunto da orla. Pode comércio e serviço? A lei feita pelo Prefeito Tarso Genro, à época, é justa e diz respeito ao que a população espera de uma orla? Ferindo o conceito de orla pública, na nossa opinião. Nós perdemos, porque o Governo respondeu a uma mobilização gigante da juventude, da população da Cidade e porque eles queriam discutir apenas aquela questão. O que é péssimo! Ampliação de utilização de espaços públicos, o Governo não quer discutir. Cerceamento, pode! Eu defendo que o povo seja chamado a discutir os temas da Cidade, mas não descontextualizado, sem alternativas e sem uma visão de

conjunto. Nós queremos uma discussão de conjunto no plebiscito, porque, afinal, outro tema que vai entrar ali adiante são os custos da realização de um plebiscito, que têm que ser discutidos! Afinal, mesmo sendo o TRE quem paga, é dinheiro público! Está tramitando um projeto de plebiscito, por que não pode ter no plebiscito uma pergunta discutindo a orla do Guaíba. Outro espaço querido dos porto-alegrenses. O Parque da Redenção é um espaço muito querido. E por isso eu defendo sempre contra o cercamento, porque cercamento, na minha opinião é cerceamento, e não vai à raiz dos problemas de uma discussão global de Segurança pública, ainda mais levando em consideração os dois tipos de uso do parque, que eu, reiteradamente, tenho vindo a esta tribuna falar. O parque é utilizado como lazer e esportes e tem uma ampla concentração de pessoas aos finais de semana e nos feriados, que é quando a população tem mais possibilidade de usufruir o parque. Enfim, tomar um chimarrão com os amigos, com a família, levar os filhos para andar de bicicleta, todos os usos que a nossa população faz do parque. E tem o uso do circulante, no qual me incluí durante longos anos, usando o Parque da Redenção para fazer o seu caminho do trabalho para a faculdade, enfim.

O desafio de um projeto de segurança é aumentar o uso intensivo do parque e a iluminação, como bem falou o Ver. Alex, que é biólogo, e sabe que é possível iluminar, só que o Governo não quer mexer em iluminação. Não é que não pode iluminar; pode. Só que eles não querem gastar dinheiro. Então, os debates têm que serem feitos com seriedade. E eu acho que outro espaço muito querido – nós achamos, temos a convicção disso - é o Gasômetro, que concentra o uso de lazer, esportes e cultura, e que também foi objeto de discussão da Cidade, quando um projeto tentou entregar aquele espaço à especulação imobiliária para a construção de moradia. Agora querem entregar para a especulação imobiliária também com a construção de *shopping*, de torre, de estacionamento. É um projeto perverso, que começa no Cais do Porto e termina no Pontal do Estaleiro, e que precisa, obviamente, ser discutido com a população.

A Ver.^a Sofia traz aqui as fotos do cercamento do Cais. Eu tenho trazido, reiteradamente, exemplos de privatização do Cais. Quando proibiram o uso do Cais para a Feira do Livro, um espaço infantojuvenil; quando proibiram a utilização do Cais para cultura, como a juventude vinha fazendo. Utilizando espaço para cultura, e uma empresa privada, vai lá e diz para os jovens que não podem usar uma área pública. Mas só um pouquinho! Que Parceria Público-Privada é essa? É privada, privada, e quem manda é o privado! É

inadmissível, inaceitável, e, portanto, a emenda da Ver.^a Sofia qualifica o debate e terá o voto do PSOL favoravelmente. Agradeço, Presidente Mauro Pinheiro, a cedência do minuto.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Quero registrar a presença do Secretaria Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social, Raul Cohen.

O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLL nº 170/13, pela oposição.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Estamos aí diante de mais uma emenda, esta é da Ver.^a Sofia Cavedon, que faz pelo Partido dos Trabalhadores, relativa à orla da Guaíba. Eu quero lembrar aqui todo o movimento feito há poucos anos que resultou numa consulta pública, e me parecia que ali, sim, havia uma demanda social, tanto que milhares de pessoas votaram, naquela eleição, maciçamente pelo “não” à ideia da privatização, no sentido de que residências não poderiam ser feitas ali, no caso do Pontal do Estaleiro. Infelizmente, vivemos esse debate novamente, porque, apesar de a população ter se manifestado contra essa ideia privatizante, de deixar alguns poucos privilegiados morando, dando-se o luxo de morar à beira do Guaíba, hoje temos um projeto em tramitação na Prefeitura – não é um projeto de lei –, propondo que, ali naquele espaço, seja construída uma loja da LeroyMerlin, uma loja de materiais de construção à beira do Guaíba. Eu me expressei na Audiência Pública que houve sobre o tema, há poucas semanas, de que há um desvirtuamento, inclusive, da vontade popular que se expressou naquela consulta. A pergunta, quando foi feita, era simplesmente relacionada com residência ou não residência, mas, por trás, fica fácil entender de que a esmagadora maioria dos votantes não quer a privatização dos espaços públicos. E aqui nós estamos falando da orla, mas podemos aplicar em qualquer outro espaço público da Cidade. Vejam, já há emendas ao projeto falando em Parcerias Público-Privadas, e não precisamos ter um preconceito, não é um dogma, eu acho que algumas questões podem ser viabilizadas via parceira público-privadas algumas via Parcerias Público-Privadas, como são consórcios públicos, etc., não é um preconceito. Vejam a lógica desta Administração Municipal, que privatiza, efetivamente, os espaços públicos, e o Araújo

Vianna é um exemplo concretíssimo. Inclusive, surge um movimento social chamado Defesa Pública da Alegria, porque simplesmente se coloca uma cerca ao redor do Araújo Vianna que não permite que as pessoas cheguem perto. Para muitas pessoas que não tinham condições de pagar uma entrada para o espetáculo, a única possibilidade de escutar a música dos artistas que se apresentavam ali era chegar pertinho do auditório. Agora, a cerca proíbe: ou você paga para entrar ou não entra. Inclusive, explorando de forma marqueteira – estou usando aqui um termo pejorativo –, privatizando no sentido real.

Eu lembro de um dia em que o Anfiteatro Pôr do Sol tomou as cores de um refrigerante. Quando passei por ali – olha, não sou natural de Porto Alegre, sou do interior do Rio Grande do Sul, mas falo do meu lado porto-alegrense –, eu me senti agredido como cidadão. Então, eu fico imaginando: ao cercar toda a Redenção, quantos cartazes e outdoors vai haver ali? É muito dinheiro! E de forma permanente, ou por cinco ou por dez anos, enfim, pelo tempo em que aquele espaço privilegiadíssimo for concedido, por onde passam milhares de pessoas. Então, efetivamente, não dá para ser a favor.

Relembro sempre isto, porque seguidamente vem o argumento de que não queremos a consulta: estamos com um projeto de lei da Bancada do Partido dos Trabalhadores estabelecendo uma consulta anual, no sentido de que isso seja um exercício de democracia direta, democrático, sistemático, anual, pelo qual a Câmara se reserva a prerrogativa de escolher quais os cinco temas. Depois podemos discutir, mudar emendas, não precisa ser cinco. Estamos aqui favoráveis à emenda da Ver.^a Sofia Cavedon.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLL nº 170/13.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, venho a esta tribuna novamente cumprimentar os colegas e o autor do projeto, o Ver. Nereu. O debate real que temos que fazer, que estamos fazendo e que o Nereu propicia é o debate sobre a segurança. A essência do debate é a segurança. Portanto, vir a esta tribuna querer negar este debate, dizendo que é só sobre o cercamento ou não, é uma falácia, é não querer debater os temas e os problemas da Cidade.

A alegação para o cercamento é a insegurança. A pergunta que eu faço para a população é: cercando a Redenção, vai haver segurança na cidade de Porto Alegre? Os amigos da Associação do Parque da Redenção estão aqui, como o Jakubaszko. Pergunto: o cercamento resolverá o problema dos bairros Bom Fim, do Centro e arredores?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Ver. Comassetto, a emenda é sobre a orla do Guaíba, se a população é favorável ao acesso e à construção de prédios na orla do Guaíba. Eu peço que o senhor fale sobre a emenda.

O SR. ENGº COMASSETTO: Mas é justamente sobre isso que eu estou falando, Sr. Presidente. Alguns alegam que o cercamento traz segurança. Nós temos uma opinião contrária. Cercamento é igual a cerceamento, portanto colocar outros espaços da Cidade em discussão neste momento é importante, entre eles a orla. Nesse sentido, o Ver. Ferronato me cumprimentava quando vim à tribuna. Ele certamente votará favoravelmente a esta emenda, assim como outros, porque o Ver. Ferronato tem um projeto que defende a orla de norte a sul, nos seus 72 quilômetros, que deve ter espaços públicos na orla. E é verdade. Quando veio aqui o Internacional, o Presidente à época era o Sebastião Melo, que hoje é Vice-Prefeito, e tive a oportunidade de coordenar aquele debate, em nome da nossa Bancada. Nessa oportunidade foi acordado que, pelo projeto do Internacional, eles construirão uma passarela entre as áreas ocupadas e a orla, para que a população possa ter acesso a esses bens naturais, ao pôr do sol e a outras questões ali existentes.

Portanto, quero perguntar, neste momento, a respeito da orla do Guaíba, prezado Ver. Kevin Krieger, que é Líder do Governo. Não podemos fugir de qual é o papel da Secretaria Municipal de Segurança. E a sua base negou, há poucos minutos, que essa Secretaria deve apresentar um programa de segurança para os parques e praças, também para a orla e para a cidade de Porto Alegre.

Então, Ver. Mauro, não tem nenhuma emenda que seja desassociada do projeto, e o projeto é cercamento, o projeto é segurança. Portanto, aqueles que têm entendimento pequeno de que se tem que discutir um tema isolado de outro, isso é um equívoco do ponto de vista de Cidade. Segurança da cidade é ver a floresta e não ver uma pequena árvore.

A Ver.^a Sofia Cavedon traz aqui o tema da orla do Guaíba. Cerca-se uma praça; cerca-se a orla. Cerca-se um parque; cerca-se outro parque.

Deveríamos, Ver. Nereu, fazer um debate como em outras partes onde já existem parques fechados: como é que vai ser feita essa gestão? Eu já li e já recebi mensagens que relatam conflitos existentes porque os gestores dos parques não apareciam e ficavam fechados. Bom, é um problema de gestão que vai ter que ser enfrentado, se o plebiscito vencer.

Então, Ver.^a Sofia, tem aqui o nosso apoio à sua emenda e queremos discutir a Cidade como um todo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Emenda nº 05, destacada, ao PLL nº 170/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 6 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 06, destacada, ao PLL nº 170/13. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLL nº 170/13.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Apresentamos essa emenda porque evidentemente qualquer processo de discussão, de consulta, de plebiscito, precisa ter a garantia do tempo igualitário, isonomia dos espaços de veiculação das posições. É o princípio de qualquer processo democrático, muito embora discutir a parte e não discutir o todo seja extremamente temerário do ponto de vista da concepção da participação. E falo isto porque acho muito estranho que durante a emenda da Ver.^a Sofia, que discutia a orla, ninguém tenha se inscrito para falar contra a emenda dela. Porque qualquer plebiscito tem custos. De onde vão sair os custos? Do Tribunal Regional Eleitoral, que também é recurso público e precisa ser otimizado. Nós queríamos incluir, e votamos por incluir, no plebiscito um tema que seja latente, que tem mobilização sistemática para discutir a ocupação da orla do Guaíba. Tem uma mobilização concreta acontecendo na Cidade agora que é o Ocupa Cais para discutir o cais. Tem o movimento Largo Vivo para discutir a lei que restringiu o acesso ao Largo Glênio Peres e que disputa uma concepção que combata a privatização dos espaços públicos. E sobre esses temas que têm, de fato,

demanda popular, os Vereadores não querem fazer plebiscito. Eu nunca vi nenhuma manifestação de rua pedindo o cercamento da Redenção. Nunca vi uma passeata de cidadãos querendo o cercamento, muito embora haja pessoas que sejam a favor, agora, existe uma demanda concreta com relação ao cais, à orla. E nós somos a favor de consultar o povo sobre as decisões da Cidade, sobre as decisões dos espaços públicos, como a Redenção e como a orla, mas não podemos aceitar um peso e duas medidas. Por que não se pode discutir a orla para evitar... Algum Vereador disse para mim, Ver. Nereu, aqui, enquanto eu falava, que fizéssemos um projeto. Nós podemos fazer um projeto criando um plebiscito da orla, mas não é mais fácil, mais econômico para o Erário Estadual, para o Tribunal Regional Eleitoral, ser no mesmo plebiscito? Então, eu falo sobre a emenda passada e gostaria de ver a posição sobre a nossa emenda, minha e do Ver. Alex, fazer um debate democrático. É verdade que o projeto foi protelado, mas não por culpa nossa; por culpa do Governo, que botou um projeto que não tinha acordo com a categoria, criando despesas de mais de R\$ 32 milhões, quando sequer tem proposta para a data base dos municipais, na segunda-feira. Não foi a oposição, aliás, a oposição manteve a sua palavra, firmada com os municipais em dezembro do ano passado, de que não aceitaria projetos que tratassem de parcelas da Secretaria se não fosse discutida uma saída de conjunto para todos os municipais.

Então, ao discutir as emendas ao projeto, discute-se também o centro do projeto, discute-se se vai ser um plebiscito de fato para ampliar a democracia ou se vai ser para desviar o assunto da falta de investimento em segurança pública, que está em crise no Estado. Ontem, houve paralisação da Polícia Civil, por quê? Porque estão cortando dinheiro para a gasolina das viaturas... Para discutir a iluminação. Com o tempo igualitário, é uma reserva democrática, muito embora eu ache que a Emenda do Ver. Marcelo e da Ver.^a Sofia permita se fazer o debate.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLL nº 170/13.

O SR. DR. THIAGO: Caros colegas Vereadores, eu não ia mais me manifestar, Ver. Pablo, sobre essa matéria, acho que nós temos que fazer uma profunda discussão com

relação à questão da segurança pública, acredito, mas só faço um reparo ao que falou a Ver.^a Fernanda, acho que é um problema nacional, junto com a saúde – esses são os dois grandes problemas nacionais.

Temos que discutir o cerne desse processo, profundamente. O Ver. Kopittke é uma pessoa conhecedora da matéria, o Ver. Delegado Cleiton também, o Ver. Nereu, enfim, vários Vereadores. Eu tenho observado, Ver. Pujol, que diversos estudos, inclusive científicos, têm-se feito sobre a matéria. A Ver.^a Mônica Leal também é atenta a essa matéria; a desordem provoca e amplia a criminalidade - isso já está documentado. Ver.^a Fernanda, simpatizo com sua emenda, mas a dificuldade que vejo é de como seria na prática. Mas eu tenho algumas dúvidas aqui, Ver.^a Sofia, com relação à coerência em algumas matérias. Eu votei com V. Exa. pelo Museu das Águas. Naquela oportunidade, a senhora falou que isso não traria mais problema de investimento para o Município, porque era uma Parceria Público-Privada que seria feita na Orla. Agora a senhora vem dizer o contrário? A senhora disse; o grupo disse. Eu concordei, porque votei a favor da sua proposta, votando contra o posicionamento de muitos colegas até, pois a senhora disse que seria na Orla e que não precisaria de investimento público porque poderia ser feito através de uma PPP. Foi isso que foi colocado aqui. Até no pedido de indicação foi colocado isso!

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. DR. THIAGO: Tenho que lhe ouvir mais, Ver. Bosco. É verdade! Eu acho qualquer projeto de Vereador é importante, seja de dar nome à rua, seja um projeto maior, para categorias, para o conjunto da sociedade, deve ser valorizado. Sou da opinião de que o nosso mandato se constitui de todas essas situações, e não podemos, em nenhum momento, até porque a Casa não tem isso, Ver. Professor Garcia, ter corregedoria para dizer o que é relevante e o que não é relevante para cada um de nós. Nós temos a representação dos nossos mandatos, dos nossos votos, que vão dizer se é relevante ou não é relevante. Quero que V. Exa. pense bastante nisso; acho que este é o momento em que a sociedade nos cobra profunda coerência, e nós temos que mostrar coerência nos nossos processos. Eu tenho receio de quando se coloca de forma tão veemente quanto uma consulta popular, ou se tenta fazer isso, será que não se está retirando a

responsabilidade, caso assuma a Prefeitura de cumprir o que a consulta popular disse que deveria ser feito na Cidade? Será que não é isso? Será que esse não é um subterfúgio? Eu realmente espero que não seja, porque a Cidade tem apontado, às vezes, contra o nosso pensamento pessoal, no que se refere à questão do Executivo. A Cidade se manifesta às vezes diferentemente disso e de forma majoritária. E é papel do Executivo, sem dúvida nenhuma, gerir a Cidade para a maioria, gerir a Cidade com o pensamento maior da Cidade. Vereadora, quero dizer que realmente fiquei bastante confuso com esse processo. Votei no Museu das Águas, na orla, com Parceria Público-Privada, que não pode ser sinônimo de malandragem, de corrupção, de coisas nesse sentido. Acredito que não são, porque senão não existiriam, porque senão o Tribunal de Contas, o Ministério Público e o Tribunal de Justiça não fariam Parcerias Público-Privadas; mas sem dúvida nenhuma tem que ser fiscalizado. Mas nós não podemos demonizar as Parcerias Público-Privadas, senão vamos ficar numa posição completamente incoerente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLL nº 170/13.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero pedir desculpas aos companheiros Vereadores porque eu disse que não falaria mais, que eu já tinha manifestado posição contrária a todas as emendas, porque estou solidário com a Emenda nº 14. A Emenda que eu apoiava, do Ver. Janta, nós entendemos, concordando com ele, de retirá-la. Sr. Presidente, V. Exa., por favor me corrija se eu estiver errado. Nós estamos votando a Emenda nº 06?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Exatamente, Vereador.

O SR. REGINALDO PUJOL: Bom, a informação tem preferência: nada do que foi dito aqui tem a ver com a Emenda nº 06, nada! Concorde-se ou não se concorde com esse encaminhamento, nada do que foi dito tem a ver com a Emenda nº 06! Eu vou ler: “Inclua-se: ‘durante a campanha da divulgação e esclarecimento aos cidadãos, deverá ser

garantida a isonomia de tempo e espaço em todos os tipos de veículos para todas as posições’.” É isso que diz! Eu acho que, primeiro, essa emenda é inexecutável. Como é que eu posso determinar que os grupos que apoiam o “sim” ou o “não” sejam mais eficientes ou menos eficientes? Não há essa possibilidade. Então, Sr. Presidente, eu não tenho nada a explicar senão confirmar que continuo votando contrariamente, porque as emendas não têm nada a ver com o objetivo do projeto do Ver. Nereu, que é para que o povo decida se quer ou não quer cercar o Parque da Redenção, somente isso.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLL nº 170/13.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Presidente, primeiro eu queria lembrar aos senhores que nós estamos, Ver. Pujol, mais uma vez, em Sessão noturna, o que eu defendo há alguns anos: que nós possamos fazer uma Sessão plenária noturna semanal, porque, afinal, me parece que os nobres Vereadores e Vereadoras gostam de trabalhar à noite, e a população pode acompanhar melhor os debates da Cidade. E acho que a população ia compreender e entender como pensam os Vereadores se ouvissem o debate da tarde inteira, e os sofismas, o exercício, a ginástica que os Vereadores fazem aqui para justificar o injustificável, e transformar, inclusive, as vítimas em algozes, etc., etc.

Eu quero defender, Ver.^a Fernanda, como V. Exa. defendeu e votou a emenda incluindo a orla, como o PSOL e o PCdoB têm votado, porque nós entendemos que a população de Porto Alegre merece que não se subestime a sua inteligência e não se faça democracia de fachada, porque, na verdade, o Ver. Nereu encaminhou esse plebiscito, porque é proibido cercar parques sem perguntar à população. É proibido, por legislação votada nesta Casa, de autoria do Ver. Professor Garcia. Muito bem colocado. Então, não teria outra forma de tentar cercar o parque, de forçar a cercar o Parque da Redenção a não ser que se fizesse o plebiscito.

(Aparte antirregimental do Ver. Kevin Krieger.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: E aí, Vereadores, e eu acho errado cercear a fala do Vereador, se eu quiser falar da emenda, que é uma emenda para dividir os tempos, para ter direito de opiniões diferentes terem o mesmo peso, eu vou falar; se não eu vou falar de outra coisa que diz respeito a isso.

Esta emenda não será acolhida, porque está claro aqui que tem um objetivo pactuado – lamentável - de fazer um, puro e simples, plebiscito sobre a Redenção. E nós aqui queremos discutir a Cidade; nós queremos democratizar os tempos e os debates sobre essa discussão; nós queremos chamar atenção que a população não está demandando isso e não há acolhida nenhuma - nenhuma - num funcionamento de bloco, de base de Governo, nesta Casa. E eu falo isso para a população ouvir.

A indignação dos municipais ontem, eu queria que vocês vissem, a ponto de pessoas me abraçarem e chorarem. Ontem, teve paralisação dos municipais por conta do dia de mobilização da data-base.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Ver.^a Sofia, é preciso se ater ao tema.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Eu gostaria que me mostrassem no Regimento, se é obrigado o Vereador falar exatamente no tema no encaminhamento das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Após a sua fala, eu lhe mostro no Regimento. Agora, a senhora se detenha na fala.

A SRA. SOFIA CAVEDON: E eu gostaria de ter respeito à minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Se a senhora falar do tema, eu respeito sua fala, Vereadora.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador-Presidente, se o senhor pudesse me dar, com base no Regimento, que eu sou obrigada a falar *ipsis litteris* o que diz a emenda, pode ser que eu faça uma proposta de mudança no Regimento, mas não será cerceada a minha voz aqui. Vocês não aguentam ouvir...

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Se a senhora não falar no tema, eu posso lhe cortar o tempo.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Então, Vereador, é da sua possibilidade discricionária de Presidente, baseada no Regimento, se o senhor entender fazer isso, o senhor me corte o tempo. Então, eu defendo aqui que a população tenha direito à democracia e a tomar decisões e que o Governo seja permeável a isso.

A orla do Guaíba está sendo cercada, privatizada, esquartejada e a população não é ouvida. Em audiência pública aqui, nesta Casa, a população disse que não queria, e a população não é ouvida. A população não é ouvida! E nós queremos garantir equidade de tempo, de opiniões, permeabilidade e seriedade de quem governa e de quem legisla, porque uma opinião sobre um espaço específico é muito diferente de uma opinião ou de um debate sobre um conceito de cidade. E nós gostaríamos de lamentar menos as rejeições que as emendas têm, a impermeabilidade de qualquer possibilidade de fazer um debate sério, de fazer um debate de conceito. Jakubaszko, é em homenagem a vocês, que mantêm aquela Redenção viva, humanizada, utilizada com alegria, com cultura, que nós fazemos o combate aqui nesta tribuna.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): (Lê.) “Art. 19 – São atribuições do Presidente, além das que estão expressas neste Regimento ou decorram da natureza das suas funções e prerrogativas: I- quanto às sessões plenárias: a) convocar, abrir, presidir, suspender e encerrar as sessões; c) manter a ordem dos trabalhos, interpretar e fazer cumprir o Regimento; d) determinar a leitura de proposições e expedientes encaminhados à Mesa; e) transmitir ao Plenário, a qualquer tempo, comunicações que julgar necessárias, em tempo de Presidente; f) conceder ou negar a palavra aos Vereadores, nos termos regimentais; g) advertir o orador que se desviar da matéria em debate ou falar sem o devido respeito à Câmara ou a qualquer de seus membros, cassando-lhe a palavra ou suspendendo a sessão quando entender necessário.”

O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLL nº 170/13, pela oposição.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Eu vou me ater ao tema. Vou ler a Emenda nº 06 (Lê.): “Durante a campanha de divulgação e esclarecimento aos cidadãos, deverá ser garantida a isonomia de tempo e espaço em todos os tipos de veiculação para todas as posições”. Mas é claro que, para falar sobre isso, eu preciso, logicamente, fazer um raciocínio, não posso ficar, aqui, simplesmente lendo o que está escrito. Aí entramos num subjetivismo que fica difícil de fazer um raciocínio sem o desvio do tema.

Eu começo dizendo aquilo que o Ver. Pujol colocou da tribuna: como vai fazer, se houver grupos mais ativos, como é que vai impedir. Ver. Pujol, depois, o senhor pode, numa discussão de uma próxima emenda, me corrigir, se for o caso. Ora, simplesmente, uma Emenda que nem precisaria. Nem precisaria dizer que as várias posições terão que ter isonomia de tempo e espaço em todos os tipos de veiculação, para todas as posições.

Eu não consigo acreditar que a base do Governo quer rejeitar essa Emenda, ou seja, vamos ver ao contrário: não se dará isonomia para as diversas posições. Ou seja, digamos que a Prefeitura Municipal pague um espaço publicitário, vai se dar diferentes posições com recursos públicos. É isso? Quer dizer, a Prefeitura Municipal é a favor do cercamento, então ela vai dar os 5 cinco minutos que ela pagou lá na imprensa, 4 minutos para ser contra e um a favor, no caso, ao contrário. Vejam, chega à raia do absurdo! A emenda não toca em nada! É simplesmente a vontade de não deixar passar uma emenda de um Vereador da oposição. É só isso. Eu não consigo entender de outra forma! Não tem como!

Depois, nós discutiremos a emenda seguinte, que é nessa mesma linha, que fala sobre audiências públicas, nós vamos discutir especificamente. Eu gostaria de saber qual é o problema de fazer audiências públicas? Eu quero ouvir! Porque aí se tornam interessantes os argumentos.

Então, vamos derrubar a isonomia e debater os pontos de vista sobre o plebiscito.

Desculpem-me, dizer que nós, como ouvi várias vezes, não queremos ouvir a população, fere uma questão de ser democrata ou não.

É lógico, Ver. Pujol, o parabenizo por ter a coragem de vir aqui e defender a posição, porque outros não defendem. Estão simplesmente orientados para votar contrariamente e derrubar todas as emendas, sem olhar especificamente caso a caso; e parece que é o que estão fazendo mesmo. Até agora, nas votações, é o que parece que tem acontecido. É claro que terá grupos mais ativos, mas não vai ter uma regulamentação: “Olha só 10%

da população pode se mobilizar contra, só 10% a favor”. Não, aí é óbvio! O senhor, como um liberal, como se diz, é óbvio que não fará uma regulamentação, dizendo quantos se manifestarão, se serão mais ativos ou menos ativos, isso o debate, por si só, vai mostrar. Agora, durante a campanha de divulgação e esclarecimento ao cidadão, deverá ser garantida a isonomia de tempo e espaço em todos os tipos de veiculação para todas as posições. Por favor! Essa emenda do PSOL, parece-me que não seria necessária. Eu quero repetir que nem seria necessária essa emenda, porque se parte do princípio que será assim, em todas as campanhas, como o plebiscito sobre o desarmamento, sempre foi assim. A não aprovação da emenda mostra, no mínimo, uma insensibilidade de sequer ouvir os argumentos que estão sendo colocados e que estão escritos aqui na Emenda nº 06.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Como são 18h47min e às 18h45min esgotou o tempo regimental, estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h47min.)